



RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS

Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores de
Guaratuba – GUARAPREV

1º sem./2026

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	2
2	ANÁLISE DE CARTEIRA	3
2.1	COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	3
2.2	TÍTULOS DE CRÉDITO PRIVADO.....	6
2.3	CASAMENTO DE ATIVO E PASSIVO	7
2.4	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	8
2.5	RENTABILIDADE	9
2.6	CONTROLE DE RISCO	10
2.7	HISTÓRICOS DE MOVIMENTAÇÕES.....	12
2.8	LIQUIDEZ	13
2.9	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	13
2.10	ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	14
2.11	RATINGS DE QUALIDADE DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS	14
3	ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS	15
3.1	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO (CNPJ: 11.328.882/0001-35)	15
3.2	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ: 11.046.645/0001-81).....	18
3.3	ITAÚ SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES (CNPJ: 06.175.696/0001-73) ..	19
3.4	BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP (CNPJ: 13.077.418/0001-49)	22
3.5	BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI (CNPJ: 03.399.411/0001-90)	24
3.6	CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA (CNPJ: 23.215.008/0001-70)	26
3.7	CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP (CNPJ: 03.737.206/0001-97)	27
3.8	TARPON GT INSTITUCIONAL FIF (CNPJ: 39.346.123/0001-14)	29
3.9	LME REC IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA (CNPJ: 11.784.036/0001-20).....	30
3.10	LME SECURITY FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP (CNPJ: 09.315.625/0001-17)	33
3.11	LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1 (CNPJ: 12.440.789/0001-80).....	35
3.12	AUSTRO MULTISSETORIAL FIP MULTISTRATÉGIA (CNPJ: 12.231.743/0001-51)	38
3.13	AUSTRO IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (CNPJ: 19.391.026/0001-36)	42
4	CONCLUSÃO	45
	DISCLAIMER.....	51

1 INTRODUÇÃO

Em consideração ao grande fluxo de ocorrências e a amplitude do mercado de produtos financeiros disponíveis aos Regimes Próprios de Previdência Social, se faz necessário um acompanhamento com maior diligência, principalmente aos produtos que compõe a carteira de investimentos do Regime.

Mesmo em atendimento as demandas de auditoria de órgãos fiscalizadores, ou até mesmo em atendimento a necessidade de certificação, estes requerem maior atenção quanto as possíveis medidas (contingências), podendo chegar a níveis judiciais, seus auditados procuram alcançar um nível de responsabilidade e segurança.

Para que se obtenha tamanho controle e conhecimento, se faz necessário um acompanhamento técnico e legal das principais mudanças e acontecimentos que transcorrem os produtos financeiros e se tais medidas são passíveis de denegrir o patrimônio líquido do Regime.

Buscando transmitir tais informações, a Mosaico Consultoria passa ao interessado respectivo Relatório de Acompanhamento da Carteira de Investimentos.

Este documento atende ao item 3.2.6 – Política de Investimentos, Manual PRÓ-GESTÃO V.4.2.

2 ANÁLISE DE CARTEIRA

2.1 Composição da Carteira de Investimentos

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – junho/2026

Total para cálculo dos limites da Resolução: R\$ 121.635.555,69

Disponibilidades Financeiras: R\$ 154.840,86

PL Total: R\$ 121.790.396,55

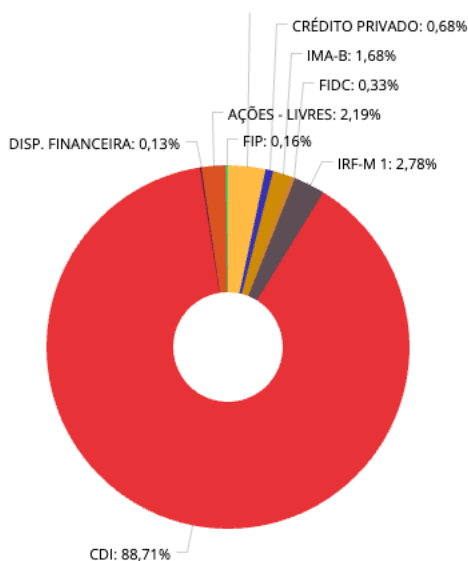
Fundo	Resgate Carência	Saldo	Particip. S/ PL	Cotistas	% PL Fundo % RPPS/Fundo	Lei
11.328.882/0001-35 BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0 Não há	3.386.108,84	2,78%	1.190	0,03%	7º I
11.046.645/0001-81 BB TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	D+0 Não há	65.490.207,74	53,84%	290	0,15%	7º I
06.175.696/0001-73 ITAÚ SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES	D+0 Não há	1.889.234,77	1,55%	3.394	0,00%	7º I
13.077.418/0001-49 BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	D+0 Não há	10.662.102,60	8,77%	1.201	0,03% 32,22%	7º V
03.399.411/0001-90 BRANCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0 Não há	1.301.256,71	1,07%	724	0,00% 43,30%	7º V
23.215.008/0001-70 CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	D+0 Não há	12.234.894,60	10,06%	580	0,13% 57,40% 19 III § 2º	7º V
03.737.206/0001-97 CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	D+0 Não há	16.464.058,60	13,54%	1.230	0,03% 31,28%	7º V
11.784.036/0001-20 21 § 2º LME REC IMA-B FI RENDA FIXA	D+1009 Não há	1.746.601,88	1,44%	28	2,18% 80,00% 19 III § 2º	7º V
62.232.889/0001-90 21 § 2º LETRA FINANCEIRA DAYCOVAL	D+0 Não se aplica	4.057.299,72	3,34%		0,00% %	7º VI
09.315.625/0001-17 21 § 2º SECURITY FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP	D+90 ou... 18 meses	830.437,98	0,68%	14	6,28% 19 I 70,20% 19 III § 2º	7º VII
12.440.789/0001-80 21 § 2º LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1	D+1260 90 dias	403.891,61	0,33%	70	0,65% %	7º IX
39.346.123/0001-14 21 § 2º TARPOON GT INSTITUCIONAL FIF	D+92 Não há	2.663.529,92	2,19%	198	0,20% 31,95%	8º I

Fundo	Resgate Carência	Saldo	Particip. S/ PL	Cotistas	% PL Fundo % RPPS/Fundo	Lei
12.231.743/0001-51 21 § 2º AUSTRO MULTISSETORIAL FIP MULTIESTRATÉGIA	Não se ... Não se aplica	200.491,47	0,16%	40	1,29% %	10º III
15.798.354/0001-09 21 § 2º LSH FIP MULTIESTRATÉGIA	Não se ... Não se aplica	0,01	0,00%	53	0,00% %	10º III
19.391.026/0001-36 21 § 2º AUSTRO IMA-B ATIVO FIC RENDA FIXA	D+4 Não há	305.439,24	0,25%	25	3,72% 53,30% 19 III § 2º	NE

Fonte: Sistema Mosaico Consultoria posição de junho de 2026

DISTRIBUIÇÃO ESTRATÉGICA – junho/2026

Sub-segmento	Valor	%	Característica
TÍTULOS PRIVADOS	4.057.299,72	3,33%	→ TÍTULOS PRIVADOS - R\$ 4.057.299,72 - 3,3314%
CRÉDITO PRIVADO	830.437,98	0,68%	→ CRÉDITO PRIVADO - R\$ 830.437,98 - 0,6819%
IMA-B	2.052.041,12	1,68%	→ LONGO PRAZO - R\$ 2.455.932,73 - 2,0165%
FIDC	403.891,61	0,33%	
IRF-M 1	3.386.108,84	2,78%	→ CURTO PRAZO - R\$ 111.582.704,72 - 91,6186%
CDI	108.041.755,02	88,71%	
DISP. FINANCEIRA	154.840,86	0,13%	
AÇÕES - LIVRES	2.663.529,92	2,19%	→ AÇÕES - R\$ 2.663.529,92 - 2,1870%
FIP	200.491,48	0,16%	→ FIP - R\$ 200.491,48 - 0,1646%



Fonte: Sistema Mosaico Consultoria posição de junho de 2026

A carteira de investimentos do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Guaratuba – GUARAPREV, está segregada entre os segmentos de renda fixa, renda variável, sendo 97,65% e 2,35% respectivamente, não ultrapassando o limite de 30% permitido pela Resolução CMN nº5.272/2025 em seu Art. 8º, § 1º, para o segmento de renda variável aos RPPS, no entanto, ainda não contam com níveis de governança (Pró-Gestão).

Retratando uma gestão conservadora, a carteira de investimentos do GUARAPREV apresenta uma considerável exposição em fundos de investimentos composto por 100% títulos públicos, atrelados a vértices de curto prazo.

Ainda em renda fixa, a maior exposição individual está em fundos de investimentos composto por 100% títulos públicos, atrelados a vértices de curto prazo, seguidos dos fundos de investimentos referenciados em DI, demonstrando uma estratégia de proteção quanto as variações promovidas pelos fatores mercadológicos e políticos.

Consta, ainda, participação em fundos de investimentos classificados como crédito privado ou fundos de investimentos em direitos creditórios.

No âmbito da renda variável, a carteira de investimentos apresenta participação em fundos de investimentos em ações, multimercado e fundo imobiliário.

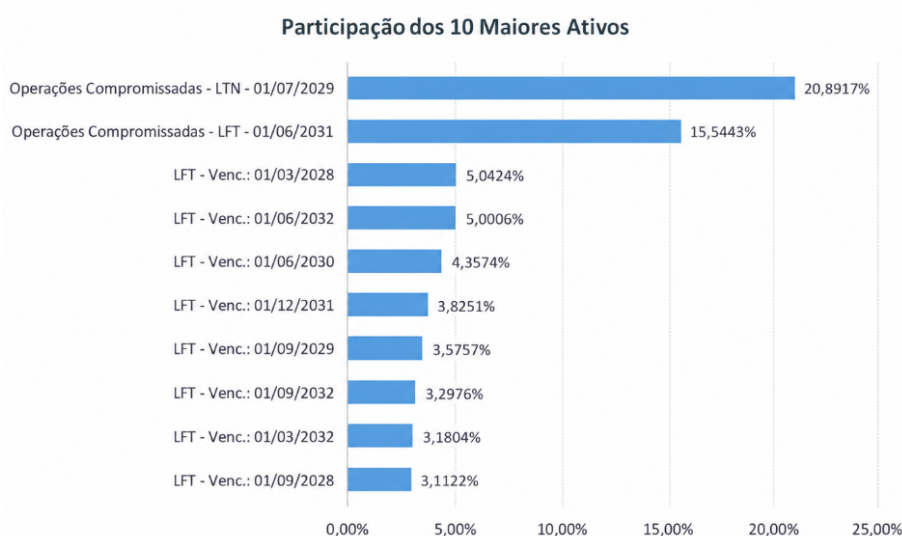
Entre os fundos de investimentos em ações, suas classificações estão segregadas entre as estratégias:

- **INDEXADOS:** Fundos que têm como objetivo replicar as variações de indicadores de referência do mercado de renda variável;
- **ÍNDICE ATIVO:** têm como objetivo superar o índice de referência do mercado acionário se utilizando de deslocamentos táticos em relação à carteira de referência para atingir seu objetivo;
- **VALOR:** que buscam retorno por meio da seleção de empresas cujo valor das ações negociadas esteja abaixo do “preço justo” estimado (estratégia valor) e/ou aquelas com histórico e/ou perspectiva de continuar com forte crescimento de lucros, receitas e fluxos de caixa em relação ao mercado (estratégia de crescimento);
- **DIVIDENDOS:** Fundos que investem em ações de empresas com histórico de *dividend yield* (renda gerada por dividendos) consistente ou que, na visão do gestor, apresentem essas perspectivas;
- **LIVRE:** não tem o compromisso de concentração em uma estratégia específica, onde a parcela em caixa pode ser investida em quaisquer ativos, desde que especificados em regulamento;
- **SMALL CAPS:** Fundos cuja carteira é composta por, no mínimo, 85% em ações de empresas que não estejam incluídas entre as 25 maiores participações do IBRX - Índice Brasil, ou seja, ações de empresas com relativamente baixa capitalização de mercado. Os 15% remanescentes podem ser investidos em ações de maior liquidez ou capitalização de mercado, desde que não estejam incluídas entre as dez maiores participações do IBRX – Índice Brasil e
- **SETORIAIS:** Índices setoriais oferecem uma visão segmentada de cada setor da economia aos investidores, serve até mesmo como uma forma de monitorar do desempenho do setor.
- **EXTERIOR:** fundos de investimentos que investem em ativos financeiros no exterior em parcela superior a 40% do patrimônio líquido. Estes fundos seguem o disposto no art. 101 da Instrução nº 555 da CVM. No âmbito dos fundos de investimentos classificados como Multimercado, o hedge cambial da parcela de ativos no exterior é facultativo ao gestor.

Entre os fundos de investimentos multimercado, com exceção dos classificados como Investimentos no Exterior, já mencionados; estão segregados entre as estratégias:

- **MACRO:** que realizam operações em diversas classes de ativos (renda fixa, renda variável, câmbio etc.), com estratégias de investimento baseadas em cenários macroeconômicos de médio e longo prazos;
- **LIVRE OU MODERADO:** não tem o compromisso de concentração em alguma estratégia específica.

DISTRIBUIÇÃO CONSOLIDADA – junho/2026



Fonte: Quantum Axis

A análise da distribuição consolidada evidencia que os 10 maiores ativos representam aproximadamente 67,83% da carteira, demonstrando concentração relevante em instrumentos de renda fixa de elevada qualidade. As duas maiores posições correspondem a operações compromissadas, com participações de 20,89% e 15,54%, enquanto as demais posições de maior representatividade são compostas predominantemente por LFTs com diferentes vencimentos, individualmente entre cerca de 3% e 5% do portfólio.

Essa composição está alinhada ao perfil conservador da carteira, uma vez que há predominância de títulos federais e operações compromissadas, que, em conjunto, correspondem a parcela expressiva dos ativos consolidados. A diversificação entre diferentes vencimentos também contribui para distribuir o risco de reinvestimento e evitar concentração excessiva em uma única data de vencimento, embora as duas maiores posições mereçam acompanhamento específico em razão de sua participação individual mais elevada.

2.2 Títulos de Crédito Privado

O GUARAPREV mantém em sua carteira **Letra Financeira – LF de emissão do Banco Daycoval S.A.**, adquirida em 13/09/2023. Trata-se de instrumento de renda fixa de **crédito privado**, por meio do qual a

instituição financeira emissora capta recursos de médio e longo prazo, comprometendo-se ao pagamento do principal acrescido da remuneração estabelecida nas condições da emissão.

Na posição correspondente a **30/06/2026**, o investimento apresentava valor originalmente aplicado de aproximadamente **R\$ 3,0 milhões**, alcançando valor bruto e líquido próximo de **R\$ 4,06 milhões**, conforme extrato financeiro disponibilizado pelo Banco Daycoval S.A.

Diferentemente dos Títulos Públicos Federais, cujo risco de crédito está associado à União, a Letra Financeira representa uma **obrigação direta da instituição financeira emissora**. Dessa forma, sua análise demanda acompanhamento específico da capacidade econômico-financeira do Banco Daycoval S.A., incluindo, entre outros aspectos, sua situação patrimonial, indicadores prudenciais, resultados, classificação de risco de crédito, quando disponível, e demais informações que permitam avaliar a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas.

A Letra Financeira possui ainda características próprias de **prazo e liquidez**, sendo usualmente destinada à manutenção por período mais longo. Assim, eventual necessidade de alienação antes do vencimento poderá estar condicionada à existência de mercado secundário e às condições vigentes no momento da negociação. Essa característica deve ser considerada conjuntamente com as necessidades futuras de liquidez do RPPS e com os fluxos projetados de pagamento de benefícios.

POSIÇÃO RENDA FIXA - 30/06/2026											
Emitente	Classe Papel	Indexador	Perc./Taxa	Data Aplicação	Liquidez Após	Data Vencimento	Valor Aplicado	Valor Bruto	IOF	IR	Valor Líquido
BANCO DAYCOVAL S/A	LF	Pós	6.25	13/09/2023	13/09/2028	13/09/2028	3.000.000,00	4.057.299,72	0,00	0,00	4.057.299,72
TOTAL PAPEL LF							3.000.000,00	4.057.299,72	0,00	0,00	4.057.299,72
TOTAL CLASSE PAPEL							3.000.000,00	4.057.299,72	0,00	0,00	4.057.299,72

Fonte: Extrato financeiro extraído para o mês de referência do Banco Daycoval S.A.

No âmbito das diligências, a manutenção desse ativo deve ser analisada principalmente sob a ótica da **qualidade de crédito do emissor, remuneração contratada, prazo remanescente, liquidez, concentração da exposição e compatibilidade do vencimento com as necessidades atuariais e financeiras do GUARAPREV**. Considerando tratar-se de investimento de crédito privado, o acompanhamento periódico da instituição emissora assume especial relevância durante todo o período de permanência do ativo na carteira.

2.3 Casamento de Ativo e Passivo

O estudo de casamento de ativo e passivo tem por objetivo identificar a razão de solvabilidade do plano de benefícios do RPPS, considerando premissas e hipóteses de simulação com base em fluxos de caixa atuarial e cenários macroeconômicos, e proporá composições de carteiras de investimentos que possam suportar e alongar a sobrevida do plano de benefícios, que apresentem melhor relação entre resultado esperado (superávit projetado) e risco de déficit (medido como downside risk) no conjunto das combinações entre os cenários adotados para as variáveis de mercado (CDI, INPC, IPCA, IGP-M, Bolsa de Valores, etc.) e os cenários simulados para o fluxo de caixa líquido de benefícios.

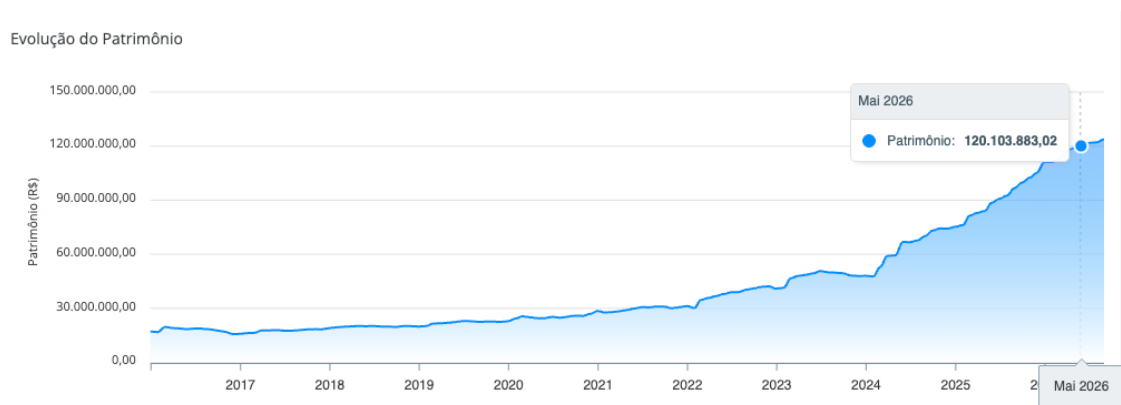
Ao analisarmos o relatório, podemos considerar que o fluxo de caixa previdenciário para os próximos 12 anos é positivo, ou seja, o GUARAPREV receberá valores provenientes de contribuições previdenciárias

em volume superior aos compromissos previdenciários, havendo espaço para alongamento de parte dos investimentos da carteira, sem que comprometa o fluxo de pagamento dos benefícios futuros.

A otimização da carteira de investimentos considerando o cenário base, proporcionará a melhor relação risco x retorno no longo prazo. Permite ainda otimizar o resultado considerando intervenções na composição da carteira de investimento de forma a reproduzir eficiência, respeitando sempre os limites máximos estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

O compromisso de conseguir honrar os pagamentos aos beneficiários futuramente deve ser a principal visão do GUARAPREV.

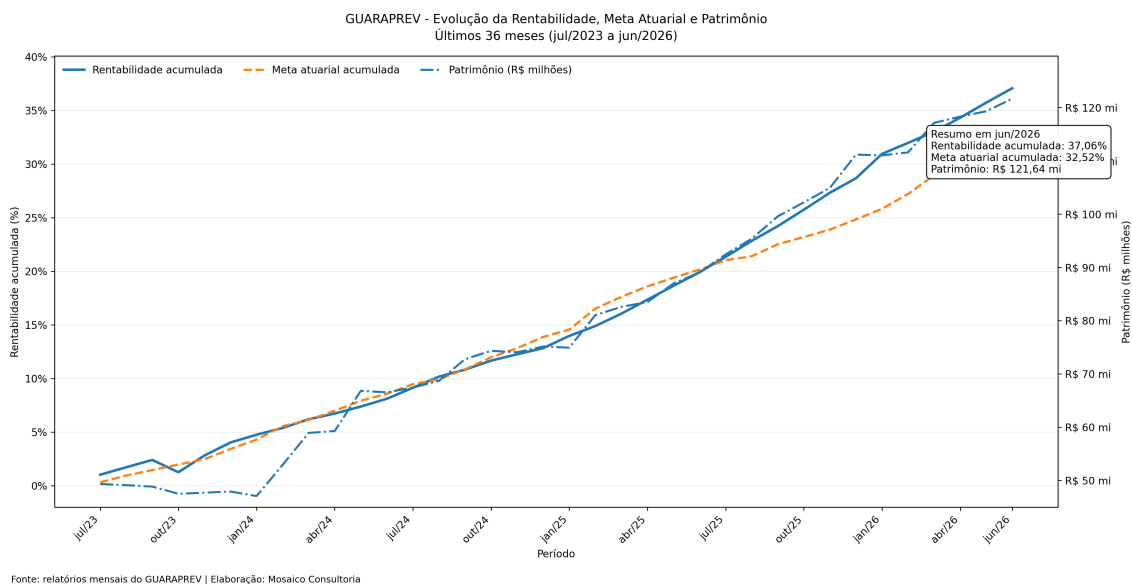
2.4 Evolução Patrimonial



A evolução patrimonial do GUARAPREV demonstra trajetória consistente de crescimento ao longo do período analisado, com avanço progressivo do patrimônio desde aproximadamente 2017 até atingir R\$ 120,1 milhões em junho de 2026. O gráfico evidencia expansão praticamente contínua da base de recursos, com aceleração mais perceptível a partir de 2024, período em que o patrimônio passa a apresentar inclinação mais acentuada.

Esse comportamento é positivo sob a ótica da sustentabilidade financeira e da formação de reservas, pois indica que, ao longo dos anos, o RPPS conseguiu ampliar de forma relevante o volume de ativos sob gestão. A evolução patrimonial deve ser analisada em conjunto com os fluxos previdenciários, aportes, contribuições e rentabilidade da carteira, mas, isoladamente, o histórico apresentado revela crescimento robusto e preservação patrimonial, reforçando a capacidade do GUARAPREV de acumular recursos para o cumprimento de suas obrigações previdenciárias futuras.

2.5 Rentabilidade



No período analisado, de **julho de 2023 a junho de 2026**, o GUARAPREV apresentou trajetória positiva tanto em termos de rentabilidade quanto de evolução patrimonial. A rentabilidade acumulada da carteira atingiu aproximadamente **37,06%**, superando a **meta atuarial acumulada de 32,52%**, o que representa uma diferença favorável de cerca de **4,54 pontos percentuais**. Essa evolução, contudo, não ocorreu de forma linear. Em 2024, por exemplo, a carteira encerrou o exercício com rentabilidade de **8,46%**, abaixo da meta de **10,14%**, enquanto em 2025 houve recuperação expressiva, com retorno acumulado de **14,04%**, frente à meta de **9,62%**. No primeiro semestre de 2026, essa trajetória permaneceu favorável, com rentabilidade acumulada de **6,53%**, superior à meta atuarial de **6,17%** até junho.

No aspecto patrimonial, observa-se crescimento relevante ao longo dos 36 meses, passando de aproximadamente **R\$ 49,33 milhões em julho de 2023** para **R\$ 121,64 milhões em junho de 2026**. Esse aumento patrimonial, entretanto, **não deve ser atribuído exclusivamente à rentabilidade dos investimentos**, uma vez que também reflete o fluxo de contribuições, aportes, aplicações, resgates e demais movimentações financeiras do RPPS ao longo do período. Ainda assim, a evolução conjunta dos indicadores demonstra que, apesar de períodos pontuais de desempenho inferior à meta, especialmente em 2024, a carteira recuperou desempenho nos períodos subsequentes e encerrou a janela analisada com **rentabilidade acumulada superior à meta atuarial**, preservando crescimento consistente do patrimônio previdenciário.

RENTABILIDADE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

	Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
2023	Retorno Mês (%)	1,08%	0,39%	0,84%	0,73%	1,13%	1,27%	1,02%	0,69%	0,67%	-1,12%	1,54%	1,18%	9,80%
	Meta Mês (%)	0,88%	1,11%	1,08%	0,87%	0,78%	0,30%	0,31%	0,64%	0,49%	0,52%	0,48%	0,93%	8,71%
	Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
2024	Retorno Mês (%)	0,70%	0,60%	0,77%	0,50%	0,61%	0,68%	0,95%	0,95%	0,59%	0,76%	0,53%	0,51%	8,46%
	Meta Mês (%)	0,85%	1,20%	0,55%	0,81%	0,87%	0,60%	0,83%	0,41%	0,85%	1,01%	0,76%	0,93%	10,14%
	Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
2025	Retorno Mês (%)	1,01%	0,81%	1,00%	1,13%	1,10%	1,07%	1,19%	1,23%	1,12%	1,23%	1,26%	1,06%	14,04%
	Meta Mês (%)	0,60%	1,71%	0,94%	0,83%	0,68%	0,64%	0,72%	0,31%	0,92%	0,55%	0,56%	0,77%	9,62%
	Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
2026	Retorno Mês (%)	1,77%	0,78%	0,79%	0,98%	1,05%	0,99%	-	-	-	-	-	-	6,53%
	Meta Mês (%)	0,79%	1,10%	1,37%	1,11%	1,02%	0,62%	-	-	-	-	-	-	6,17%

*Qualquer variação para mais ou a menos nos percentuais apresentados, representam fatores de arredondamento.

De forma geral, os resultados evidenciam uma trajetória de melhora no desempenho da carteira ao longo do período analisado. Em 2023, a rentabilidade acumulada foi de **9,80%**, superior à meta atuarial de **8,71%**. Já em 2024, a carteira apresentou rentabilidade acumulada de **8,46%**, abaixo da meta de **10,14%**, indicando um período de desempenho relativo mais fraco.

Em 2025, contudo, observa-se recuperação expressiva, com rentabilidade acumulada de **14,04%**, frente à meta atuarial de **9,62%**, representando superação relevante do objetivo anual. No primeiro semestre de 2026, a carteira mantém desempenho favorável, acumulando **6,53%** até junho, acima da meta atuarial de **6,17%**.

Assim, apesar da insuficiência verificada em 2024, os resultados de 2023, 2025 e do primeiro semestre de 2026 demonstram que a carteira apresentou capacidade de recuperação, mantendo, nos períodos mais recentes, rentabilidade compatível e superior à meta atuarial estabelecida.

2.6 Controle de Risco

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e consequentemente, fica o RPPS obrigada a exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos.

Quando se trata de risco de mercado, que é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

Para considerarmos a relação Risco x Retorno observando também critérios como Volatilidade e VaR – Value at Risk, sendo o segundo, adotado pelo GUARAPREV para controle do risco de mercado.

ANÁLISE DE RISCO – Carteira de junho/2026 (últimos 36 meses)

INDICADORES DE RISCO E RETORNO — CARTEIRA EM 30/06/2026

Nome	VaR 95,0% MV 21 du Jun/2023 até Jun/2026	Sharpe - CDI Jul/2023 até Jun/2026	Tracking Error - CDI Jul/2023 até Jun/2026
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,11%	0,31	0,05%
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1,15%	0,08	0,04%
BRDESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1,01%	0,69	0,05%
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,12%	0,18	0,05%
ITAÚ SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES	1,10%	-0,39	0,02%
BB TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,11%	-0,18	0,03%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,51%	-0,50	0,12%
SECURITY FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP ¹	106,46%	0,03	14,10%
LME REC IMA-B FI RENDA FIXA ²	9,55%	-0,79	1,26%
AUSTRO IMA-B ATIVO FIC RENDA FIXA ³	61,49%	-0,46	8,16%
LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1 ³	N/D	N/D	N/D
TARPON GT INSTITUCIONAL FIF	39,71%	0,06	5,30%
AUSTRO MULTISSETORIAL FIF MULTIESTRATÉGIA ³	N/D	N/D	N/D
LSH FIF MULTIESTRATÉGIA ³	N/D	N/D	N/D
LETRA FINANCEIRA DAYCOVAL ⁴	N/A	N/A	N/A

¹ Série com descontinuidade/reprecificação relevante no período; os indicadores refletem integralmente os retornos publicados e, por isso, ficam elevados.

² Série histórica pública reconstruída com dados mensais; pode haver pequena diferença em relação ao Quantum por arredondamento das rentabilidades divulgadas.

³ N/D: não foi identificada série mensal completa e homogênea de 36 meses suficiente para cálculo comparável.

⁴ N/A: Letra Financeira é título de crédito privado, não fundo de investimento; Sharpe e Tracking Error por cota não são aplicáveis neste quadro.

Metodologia: VaR 95% MV 21 du = 1,645 x desvio-padrão dos retornos mensais x √21; Sharpe-CDI = média do excesso mensal / desvio-padrão do excesso; Tracking Error-CDI = desvio-padrão mensal do excesso sobre o CDI.

Fonte: Quantum Axis

A Considerando o quadro de indicadores elaborado para a posição de 30/06/2026, a carteira do GUARAPREV apresenta comportamento bastante distinto entre os fundos de renda fixa mais líquidos e referenciados ao CDI e os ativos ilíquidos, estressados ou de maior volatilidade.

Os fundos de renda fixa vinculados ao CDI — como CAIXA Brasil Referenciado DI, BB Perfil, Bradesco Premium, CAIXA Brasil Matriz, Itaú Soberano e BB Títulos Públicos Referenciado DI — apresentaram, de modo geral, baixo Tracking Error, evidenciando reduzida dispersão em relação ao CDI. Os resultados também mostram níveis moderados de VaR no horizonte analisado, coerentes com o perfil predominantemente conservador dessa parcela da carteira. Em junho de 2026, esses fundos representavam parcela substancial dos recursos do Instituto. O BB IRF-M 1, embora também apresente risco relativamente controlado, possui maior sensibilidade às oscilações das taxas de juros e, por isso, apresenta VaR e Tracking Error superiores aos fundos estritamente referenciados ao CDI. O Sharpe negativo observado no período indica que, considerando o CDI como taxa de referência, o retorno excedente não compensou integralmente a volatilidade assumida na janela analisada. Isso, isoladamente, não caracteriza inadequação do investimento, uma vez que sua estratégia e benchmark possuem dinâmica distinta do CDI.

Nos ativos Security RF Crédito Privado, LME REC IMA-B e Austro IMA-B Ativo, os indicadores devem ser interpretados com maior cautela. A presença de eventos de reprecificação, baixa liquidez e descontinuidades relevantes nas séries históricas pode produzir VaR e Tracking Error significativamente superiores aos observados nos fundos tradicionais. Essa leitura é particularmente importante porque alguns desses ativos possuem restrições relevantes de liquidez ou encontram-se em situação de acompanhamento especial, não permitindo ao GUARAPREV realizar o desinvestimento livremente apenas em razão da deterioração dos indicadores. A carteira de junho demonstra a permanência dessas posições.

O Tarpon GT Institucional FIF apresentou os indicadores de risco mais elevados entre os fundos líquidos analisados, compatíveis com sua natureza de renda variável. Já para o LME REC IPCA FIDC, Austro

Multissetorial FIP e LSH FIP, não foi considerada adequada a apresentação de indicadores comparáveis de 36 meses diante das limitações das séries e das características de iliquidez desses investimentos. Da mesma forma, a Letra Financeira do Banco Daycoval foi tratada separadamente, pois se trata de título de crédito privado, e não de fundo com série diária de cotas, razão pela qual Sharpe e Tracking Error não possuem a mesma aplicabilidade.

Em síntese, os resultados indicam que a maior parcela da carteira permanece concentrada em investimentos de renda fixa com baixa volatilidade e elevada aderência ao CDI, enquanto os níveis mais relevantes de risco se encontram concentrados em uma parcela relativamente menor composta por fundos de maior duration, renda variável e ativos ilíquidos ou estressados. Assim, a análise reforça a importância de manter o acompanhamento periódico desses ativos específicos, especialmente quanto à liquidez, evolução das cotas, processos de liquidação, assembleias e demais eventos capazes de afetar a recuperação dos recursos investidos.

2.7 Históricos de Movimentações

HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2026 (1º semestre)

	Aplicação (R\$)	Resgate (R\$)
Janeiro	277.683,62	2.385.102,52
Fevereiro	2.650.478,12	2.958.768,82
Março	7.091.967,36	2.466.455,96
Abril	3.471.227,96	3.448.059,22
Mai	2.680.963,27	2.915.381,00
Junho	4.224.194,31	3.062.979,56
	20.396.514,64	17.236.747,08

2.8 Liquidez

A carteira de investimentos possui liquidez imediata de 91,61% para auxílio no cumprimento das obrigações do GUARAPREV.

	Saldo	%
Imediata	R\$ 111.427.863,86	91,61%
D+30	R\$ 6.720.829,64	5,53%
Ilíquidos	R\$ 3.486.862,19	2,86%
PL	R\$ 272.821.223,58	100,00%

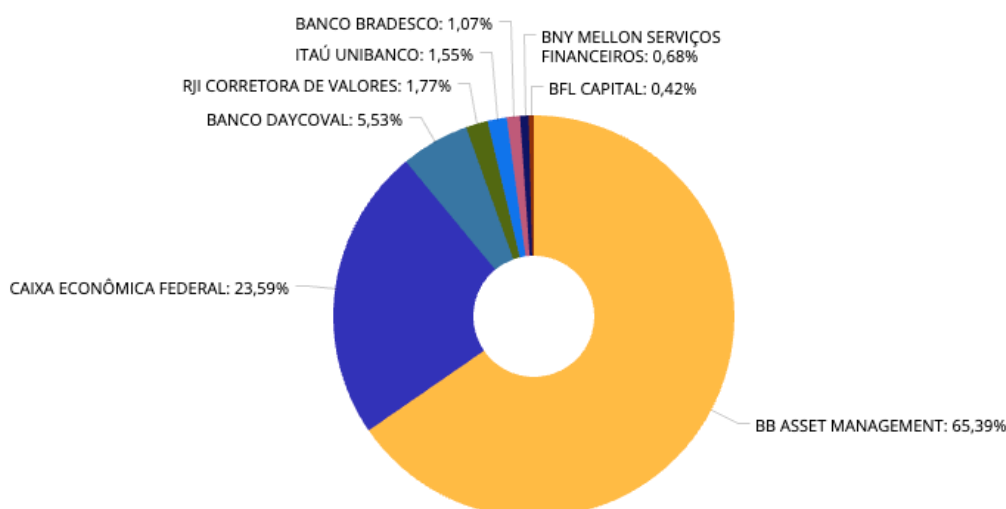
A carteira apresenta **elevado nível de liquidez**, com **91,61% dos recursos disponíveis de forma imediata**, correspondentes a aproximadamente **R\$ 111,43 milhões**. Outros **5,53%**, ou cerca de **R\$ 6,72 milhões**, encontram-se em ativos com prazo de liquidação de até D+30, enquanto apenas **2,86% da carteira**, equivalentes a aproximadamente **R\$ 3,49 milhões**, estão classificados como ilíquidos.

Esse perfil demonstra que a maior parte dos recursos pode ser convertida em disponibilidade financeira em curto prazo, proporcionando ao GUARAPREV ampla capacidade para atender às suas obrigações previdenciárias e operacionais sem necessidade de desmobilizar posições de longo prazo. A parcela ilíquida é relativamente reduzida e deve continuar sendo acompanhada de forma específica, especialmente quanto aos prazos de recuperação, eventos de liquidação e demais restrições inerentes aos respectivos ativos.

ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

2.9 Instituições Financeiras

Os fundos de investimentos que compõe a carteira de investimentos do GUARAPREV, tem como prestadores de serviços de Administração e Gestão os:



2.10 Análise da Situação das Instituições Financeiras

A análise aplicada as Instituições Financeiras referente a situação patrimonial, fiscal, comercial, jurídica e regulação prudencial (Bacen) foram identificadas:

ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Instituição Financeira	Res. CMN nº 5.272/2025 Art. 21	Patrimonial	Fiscal	Comercial	Jurídica	Regulação Prudencial (S1/S2)
BB ASSET MANAGEMENT	✓	✓	✓	✓	✓	✓
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	✓	✓	✓	✓	✓	✓
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	✓	✓	✓	✓	✓	✓
CAIXA DTVM S.A	✓	✓	✓	✓	✓	✓
BANCO DAYCOVAL	✗	✓	✓	✓	✓	✗
ITAÚ UNIBANCO	✓	✓	✓	✓	✓	✓
ITAÚ ASSET MANAGEMENT	✓	✓	✓	✓	✓	✓
BANCO BRADESCO	✓	✓	✓	✓	✓	✓
RJI CORRETORA DE VALORES	✗	✗	✗	✗	✗	✗
BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS	✗	✗	✗	✗	✗	✗
BFL CAPITAL	✗	✗	✗	✗	✗	✗
TARPON INVESTIMENTOS	✗	✓	✓	✓	✓	✗
GRAPHEN INVESTIMENTOS	✗	✗	✗	✗	✗	✗
SECURITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS	✗	✗	✗	✗	✗	✗
RENDA ASSET MANAGEMENT	✗	✗	✗	✗	✗	✗

Quanto às instituições assinaladas com “✓”, verifica-se que os critérios avaliados encontram-se atendidos, abrangendo os requisitos relacionados ao art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, bem como os aspectos patrimonial, fiscal, comercial, jurídico e de regulação prudencial (S1/S2) considerados na análise. Dessa forma, para essas instituições, não foram identificados impedimentos nos critérios examinados para sua atuação como instituições elegíveis no relacionamento com o RPPS.

Já nas instituições assinaladas com “✗”, a marcação indica que não foram localizadas informações suficientes para comprovação do atendimento ao requisito correspondente ou que, a partir das informações disponíveis, o critério não se encontra atendido. Por essa razão, tais instituições não são consideradas, na presente análise, elegíveis para o recebimento de novos recursos do RPPS. Ressalta-se, contudo, que a presença dessas instituições na relação decorre de sua atuação como administradores, gestores, custodiantes ou demais prestadores de serviços vinculados a fundos de investimento que atualmente se encontram em processo de liquidação ou encerramento, permanecendo relacionadas à carteira por força dessas posições preexistentes, e não em razão de novas aplicações ou de intenção de direcionamento de recursos por parte do GUARAPREV.

2.11 Ratings de Qualidade de Gestão de Investimentos

Os Ratings de Qualidade de Gestão de Investimentos (QGI) são atribuídos em uma escala de cinco pontos: Excelente, Forte, Proficiente, Adequado e Fraco.

As Instituições Financeiras do GUARAPREV possuem a seguinte classificação:

Instituição Financeira	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
BB ASSET MANAGEMENT	Excelente	Excelente	-
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	Excelente	Excelente	-
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Excelente	Excelente	Excelente
CAIXA DTVM S.A	Excelente	Excelente	Excelente
BANCO DAYCOVAL	Forte	Forte	Forte
ITAÚ UNIBANCO	Forte	Forte	-
ITAÚ ASSET MANAGEMENT	Excelente	Excelente	-
BANCO BRADESCO	Excelente	Excelente	Excelente
RJI CORRETORA DE VALORES	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
BFL CAPITAL	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
TARPON INVESTIMENTOS	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
GRAPHEN INVESTIMENTOS	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
SECURITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
RENDA ASSET MANAGEMENT	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado

Fonte: Mosaico Consultoria

De forma geral, o quadro de ratings demonstra que as principais instituições financeiras responsáveis pela administração, gestão ou emissão dos ativos da carteira do GUARAPREV apresentam avaliação de crédito elevada, especialmente BB, CAIXA, Bradesco e Itaú, classificados predominantemente na faixa qualitativa considerada “Excelente”.

O Banco Daycoval, emissor da Letra Financeira mantida pelo Instituto, apresenta classificação enquadrada como “Forte”, indicando capacidade financeira considerada adequada e compatível com a manutenção do investimento, sem prejuízo do acompanhamento periódico da qualidade de crédito do emissor durante todo o prazo do título.

Para as demais instituições nas quais não foram localizadas classificações nas três agências consideradas, a indicação “Não encontrado” não deve ser interpretada como avaliação negativa ou ausência de capacidade financeira, mas apenas como inexistência de rating identificado no levantamento realizado. Nesses casos, a diligência deve ser complementada pela análise das informações cadastrais, patrimoniais, regulatórias e demais elementos disponíveis sobre cada prestador de serviço.

3 ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

3.1 BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO (CNPJ: 11.328.882/0001-35)

Trata-se de fundo de investimento financeiro classificado como Renda Fixa, constituído sob a forma de classe aberta, com prazo de duração indeterminado e responsabilidade dos cotistas limitada ao valor subscrito. A classe tem como objetivo proporcionar rentabilidade por meio da aplicação em cotas de fundos de investimento financeiro que possuam carteira composta por títulos públicos federais, tendo como parâmetro de rentabilidade o IRF-M 1, índice representativo de títulos públicos prefixados de menor prazo. O regulamento estabelece que, no mínimo, 80% da carteira deverá estar vinculada à variação da

taxa de juros doméstica e/ou de índices de preços e que entre 95% e 100% do patrimônio deverá ser mantido em cotas de classes de fundos de investimento financeiro de renda fixa.

A administração e a gestão são exercidas pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset Management, CNPJ nº 30.822.936/0001-69, instituição credenciada perante a Comissão de Valores Mobiliários para a atividade de administração de carteiras por meio do Ato Declaratório CVM nº 1.481, de 13 de agosto de 1990. Os serviços de registro escritural de cotas, tesouraria, controladoria e custódia dos ativos financeiros são prestados pelo Banco do Brasil S.A., devidamente credenciado perante a CVM para a atividade de custódia.

Quanto à liquidez, não há carência ou barreiras ordinárias aos resgates. Tanto a conversão das cotas quanto a liquidação financeira dos resgates ocorrem em D+0, sendo a cota apurada diariamente com base no fechamento dos mercados em que a classe atua. Essa característica confere elevada liquidez ao investimento e permite sua utilização como instrumento de gestão de caixa e de alocação de curto prazo dentro da estratégia previdenciária. DOC_REGUL_21200_134284_2025_05

Conforme posição informada ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 11,77 bilhões, sendo sua carteira constituída substancialmente por cotas do fundo de investimento BB IRF-M 1 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO DE RENDA FIXA RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ 11.839.250/0001-36), além de valores residuais a pagar, receber e disponibilidades. A estrutura observada é compatível com sua natureza de fundo de cotas e com a política de investimento prevista em regulamento.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do fundo e o desempenho de suas operações. A auditoria destacou como principal assunto a valorização das cotas do fundo investido, tendo considerado aceitáveis os critérios de mensuração e divulgação utilizados.

Ao final de 2025, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 10,68 bilhões, frente a R\$ 8,46 bilhões no exercício anterior, e registrou rentabilidade de 14,41% em 2025, comparativamente a 9,17% em 2024. As demonstrações indicam ainda que a totalidade do patrimônio se encontrava aplicada no fundo investido, reforçando a característica de fundo de cotas.

No que se refere ao gerenciamento de riscos, a administradora informa a utilização de VaR por simulação histórica, além de cenários de estresse e procedimentos específicos para o acompanhamento dos riscos de mercado e liquidez. Na posição de 31/12/2025, o VaR informado foi de 0,0103%, considerando horizonte de um dia útil, nível de confiança de 95% e série histórica de 150 observações.

Não foram identificadas, nas demonstrações financeiras examinadas, demandas judiciais ou administrativas consideradas contingências para a classe. Também não foram observadas ressalvas da auditoria ou outros elementos que, a partir da documentação analisada, indiquem comprometimento da regularidade operacional do investimento.

- **BB IRF-M 1 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO DE RENDA FIXA RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ 11.839.250/0001-36)**

Trata-se de fundo de investimento financeiro classificado como Renda Fixa, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado. A classe foi constituída em julho de 2010 e tem como objetivo proporcionar valorização de suas cotas mediante aplicação em ativos financeiros destinados a acompanhar as variações da taxa de juros doméstica, tendo como principal referência o IRF-M 1, subíndice divulgado pela ANBIMA. O fundo também se destina a receber recursos de Regimes Próprios de Previdência Social.

A administração e a gestão são exercidas pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset Management, enquanto os serviços de controle e processamento dos ativos, distribuição, registro escritural das cotas, tesouraria e custódia são prestados pelo Banco do Brasil S.A.

Quanto à liquidez, os resgates são efetuados pelo valor da cota apurado no fechamento do dia do recebimento da solicitação, com o crédito financeiro realizado no mesmo dia da conversão das cotas. Dessa forma, trata-se de investimento com elevada liquidez, característica compatível com a gestão dos recursos previdenciários e com eventual necessidade de recomposição de caixa do RPPS.

Conforme consulta ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 11,77 bilhões. A carteira era composta predominantemente por títulos públicos federais, no montante aproximado de R\$ 9,64 bilhões, além de cerca de R\$ 2,13 bilhões em operações compromissadas, posições compradas em mercado futuro, disponibilidades e valores residuais a pagar e receber. Assim, diferentemente do BB Previdenciário IRF-M1 analisado anteriormente, este fundo realiza a alocação diretamente em títulos públicos e operações compromissadas, e não exclusivamente por meio de cotas de outro fundo.

Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, a carteira apresentava 59,69% do patrimônio investido diretamente em títulos públicos federais e 40,31% em operações compromissadas, com predominância de LTN e LFT. Os títulos públicos eram registrados a valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela ANBIMA.

Observa-se, portanto, que entre dezembro de 2025 e junho de 2026 ocorreu alteração na composição da carteira, com aumento da participação relativa dos títulos públicos e redução das operações compromissadas, sem alteração da natureza predominantemente soberana e de renda fixa da estratégia.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do fundo e o desempenho de suas operações.

Entre os principais assuntos de auditoria, foram destacadas a existência e valorização dos títulos públicos federais e a existência e mensuração das operações compromissadas. A auditoria realizou procedimentos de conciliação de custódia, recálculo dos valores e verificação dos preços e parâmetros de mercado, concluindo pela adequação dos critérios utilizados e das respectivas divulgações.

No aspecto de desempenho, o fundo apresentou rentabilidade de 14,53% em 2025, frente a 14,76% do IRF-M 1, enquanto em 2024 registrou retorno de 9,29%, comparativamente a 9,46% do benchmark, demonstrando elevada aderência ao índice de referência nos dois exercícios.

No gerenciamento de riscos, a Administradora informa a utilização de VaR por simulação histórica, complementado por cenários de estresse e controles específicos de mercado e liquidez. Na data-base de 31/12/2025, foi informado VaR de 0,0103%, calculado com horizonte de um dia útil, nível de confiança de 95% e série histórica de 150 observações.

As demonstrações contábeis também informam que não houve litígios, ações trabalhistas ou outros processos considerados contingências judiciais ou administrativas para o fundo no exercício analisado.

3.2 BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ: 11.046.645/0001-81)

Trata-se de fundo de investimento financeiro classificado como Renda Fixa, constituído sob a forma de classe aberta, com prazo de duração indeterminado. A classe foi constituída em agosto de 2009 e iniciou suas atividades em março de 2010, tendo como objetivo proporcionar rentabilidade por meio de uma carteira destinada a acompanhar as variações diárias do CDI ou da taxa SELIC.

A administração e a gestão são exercidas pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset Management, CNPJ nº 30.822.936/0001-69, instituição credenciada perante a Comissão de Valores Mobiliários para a atividade de administração de carteiras. Os serviços de controle e processamento dos ativos, distribuição, registro escritural das cotas, tesouraria e custódia são prestados pelo Banco do Brasil S.A.

A política de investimento estabelece que o fundo deve possuir como principal fator de risco a variação das taxas de juros e manter 100% de seu patrimônio líquido em títulos públicos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. O regulamento prevê ainda *duration* média ponderada inferior a 21 dias úteis, buscando reduzir a sensibilidade da carteira às oscilações das taxas de juros futuros.

Quanto à liquidez, não há carência ou barreiras ordinárias aos resgates. A conversão das cotas ocorre em D+0, assim como a liquidação financeira, sendo a cota apurada diariamente pelo valor de fechamento dos mercados. O fundo não possui taxa de performance, de ingresso ou de saída, e a taxa global prevista é de 0,10% ao ano.

Conforme consulta ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 43,08 bilhões. A carteira era composta predominantemente por cerca de R\$ 28,26 bilhões em títulos públicos federais e R\$ 14,82 bilhões em operações compromissadas, além de valores residuais em disponibilidades, contas a receber e a pagar. Essa composição evidencia uma estratégia concentrada em ativos de elevada liquidez e baixo risco de crédito, vinculados diretamente ao Tesouro Nacional.

Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de maio de 2026, a carteira apresentava 60,89% do patrimônio em títulos públicos federais, especialmente LFT, e 39,11% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, estrutura plenamente compatível com a política de investimento do fundo.

Observa-se, portanto, que na posição de junho houve aumento da participação relativa dos títulos públicos e correspondente redução das operações compromissadas.

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de maio de 2026 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do fundo e o desempenho de suas operações. A auditoria destacou como principal assunto a existência e valorização dos títulos públicos, realizando procedimentos de conciliação, verificação de custódia e recálculo dos valores com base em fontes independentes de mercado, considerando adequados os critérios utilizados.

Em relação ao desempenho, o fundo apresentou rentabilidade de 14,72% no exercício encerrado em maio de 2026, praticamente em linha com o CDI de 14,75% no mesmo período. No exercício anterior, registrou 11,75%, frente a 11,80% do CDI, demonstrando elevada aderência ao benchmark e reduzido descolamento em relação ao parâmetro de referência.

No gerenciamento de riscos, a Administradora utiliza VaR por simulação histórica, complementado por cenários de estresse e procedimentos específicos de acompanhamento dos riscos de mercado e liquidez. Na data-base de 31/05/2026, o VaR informado foi de apenas 0,0016%, considerando horizonte de um dia útil, intervalo de confiança de 95% e série histórica de 150 observações.

As demonstrações informam ainda que não houve litígios, ações trabalhistas ou demais processos considerados contingências judiciais ou administrativas no período analisado.

3.3 ITAÚ SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES (CNPJ: 06.175.696/0001-73)

Trata-se de fundo de investimento financeiro constituído sob a forma de classe aberta, com prazo de duração indeterminado, classificado como Renda Fixa Simples e estruturado como Classe de Investimento em Cotas – CIC. A classe tem por objetivo aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimento de renda fixa que invistam exclusivamente em títulos públicos federais, prefixados ou indexados à variação do CDI, ou em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, não sendo admitidas estratégias que impliquem exposição à renda variável.

A administração é exercida pelo Itaú Unibanco S.A., CNPJ nº 60.701.190/0001-04, enquanto a gestão é realizada pela Itaú Unibanco Asset Management Ltda., CNPJ nº 40.430.971/0001-96, ambas devidamente habilitadas perante a Comissão de Valores Mobiliários. Os serviços de custódia, controladoria, escrituração, tesouraria e distribuição de cotas também são prestados pelo Itaú Unibanco S.A.

Quanto à liquidez, os resgates utilizam a cota de abertura de D+0, com pagamento dos recursos também em D+0, característica que confere elevada liquidez ao investimento. A classe não cobra taxa de performance, ingresso ou saída, sendo previstas taxa máxima de administração de 0,02% ao ano, taxa máxima de gestão de 0,09% ao ano, taxa máxima de distribuição de 0,03% ao ano e taxa máxima de custódia de 0,01% ao ano.

Conforme consulta ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 48,73 bilhões, com praticamente a totalidade de sua carteira representada por

cotas do fundo de investimento ITAÚ VERSO A RENDA FIXA REFERENCIADO DI FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ 11.419.818/0001-60), no montante aproximado de R\$ 48,74 bilhões, além de valores residuais em disponibilidades, contas a receber e a pagar. Essa estrutura é coerente com sua natureza de fundo de cotas.

Nas demonstrações financeiras de 31 de outubro de 2025, a carteira era igualmente composta quase integralmente por cotas de fundos, sendo 99,71% do patrimônio aplicado no Itaú Verso A RF Refer DI FIF Resp. Ltda. e aproximadamente 0,30% no Itaú Soberano RF Simples Distribuidores FICFI. Dessa forma, o risco econômico do fundo decorre essencialmente das carteiras dos fundos investidos, os quais, por sua vez, possuem estratégia concentrada em renda fixa e títulos públicos federais.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de outubro de 2025 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. – EY, que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do fundo e o desempenho de suas operações.

Como principal assunto de auditoria, foi destacada a avaliação das aplicações em cotas de fundos de investimento, que representavam praticamente a totalidade do patrimônio. A auditoria verificou as demonstrações financeiras dos fundos investidos, extratos, posições de cotas e critérios de valorização, concluindo que as premissas utilizadas pelo administrador eram aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

No aspecto de desempenho, o fundo apresentou rentabilidade de 13,57% no exercício encerrado em outubro de 2025, frente a 13,69% do CDI, enquanto no exercício anterior registrou 10,90%, comparativamente a 10,98% do CDI. Os resultados demonstram elevada aderência ao benchmark e reduzido descolamento em relação à taxa de referência.

Quanto ao gerenciamento de riscos, o regulamento prevê utilização de ferramentas como VaR, testes de estresse, tracking risk e monitoramento de liquidez, entre outras métricas. Nas demonstrações financeiras, o VaR da classe em 31/10/2025 foi informado em 0,001%, considerando modelo paramétrico, horizonte de um dia e intervalo de confiança de 95%, evidenciando reduzida exposição histórica ao risco de mercado.

As demonstrações também informam que não havia registro de demandas judiciais envolvendo os cotistas contra a administração do fundo ou em defesa de seus direitos na data analisada.

- **ITAÚ VERSO A RENDA FIXA REFERENCIADO DI FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ 11.419.818/0001-60)**

Trata-se de fundo de investimento financeiro classificado como Renda Fixa, constituído sob a forma de classe aberta, com prazo de duração indeterminado e responsabilidade dos cotistas limitada ao valor subscrito ou integralizado. O fundo iniciou suas atividades em outubro de 2010 e tem como objetivo acompanhar a variação do CDI ou da taxa Selic, devendo manter, no mínimo, 95% dos ativos financeiros de sua carteira direta ou indiretamente vinculados a esses parâmetros.

A política de investimento determina aplicação exclusivamente em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, não sendo admitidas estratégias que impliquem

exposição à renda variável. Dessa forma, trata-se de estratégia predominantemente soberana, com reduzida exposição a risco de crédito privado.

A administração é exercida pelo Itaú Unibanco S.A., CNPJ nº 60.701.190/0001-04, enquanto a gestão é realizada pela Itaú Unibanco Asset Management Ltda., CNPJ nº 40.430.971/0001-96, ambas devidamente habilitadas perante a Comissão de Valores Mobiliários. DOC_REGUL_21405_114838_2024_12 Os serviços de custódia, controladoria, escrituração, tesouraria e distribuição de cotas também são prestados pelo Itaú Unibanco S.A.

Quanto à liquidez, os resgates são processados com base no valor da cota apurado no próprio dia da solicitação, com pagamento realizado no mesmo dia da conversão, caracterizando liquidez elevada. O regulamento prevê ainda conversão em D+0 e entrega dos recursos ao cotista também em D+0.

Conforme consulta ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 62,26 bilhões, composto principalmente por cerca de R\$ 34,69 bilhões em títulos públicos federais e R\$ 27,56 bilhões em operações compromissadas, além de valores residuais em disponibilidades, contas a receber e a pagar. Essa composição confirma a aderência da carteira à estratégia prevista em regulamento.

Nas demonstrações financeiras de 31 de maio de 2026, a carteira apresentava 56,36% do patrimônio diretamente aplicado em títulos públicos federais, integralmente representados por LFT, e 43,63% em operações compromissadas, também lastreadas em títulos públicos federais. A posição de junho, portanto, manteve estrutura bastante semelhante, com pequena variação relativa entre títulos e operações compromissadas.

Os títulos de renda fixa são avaliados a valor de mercado, com atualização diária, utilizando como principais referências de precificação ANBIMA, B3, SISBACEN e FGV. Na posição de maio de 2026, aproximadamente R\$ 34,33 bilhões estavam aplicados diretamente em LFT, sendo parcela relevante com vencimento superior a 365 dias.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de maio de 2026 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do fundo e o desempenho de suas operações.

Como principal assunto de auditoria, foi destacada a custódia dos ativos financeiros, tendo em vista que títulos de renda fixa e operações compromissadas representavam 99,99% do patrimônio líquido. A Deloitte realizou procedimentos de conciliação das posições, confronto com os registros das entidades custodiantes e verificação da composição detalhada da carteira, concluindo que os processos adotados pelo Administrador eram aceitáveis.

No aspecto de desempenho, o fundo apresentou rentabilidade de 14,83% no exercício encerrado em maio de 2026, ligeiramente superior ao CDI de 14,76% no mesmo período. No exercício anterior, registrou 11,87%, frente a 11,78% do CDI, evidenciando elevada aderência e leve superação do índice de referência nos dois períodos.

Quanto ao gerenciamento de riscos, a Gestora realiza acompanhamento periódico das exposições e o Administrador supervisiona a estrutura de risco por meio de processo de due diligence, analisando aspectos como equipe, sistemas, governança, limites e eventuais desenquadramentos. Na data-base de 29/05/2026, o fundo apresentava VaR de 0,001%, calculado por metodologia paramétrica para horizonte de um dia, intervalo de confiança de 95% e janela de 126 dias úteis, evidenciando reduzida volatilidade histórica.

As demonstrações financeiras informam ainda que não havia registro de demandas judiciais envolvendo os cotistas ou a administração do fundo na data analisada.

3.4 BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP (CNPJ: 13.077.418/0001-49)

Trata-se de fundo de investimento financeiro constituído sob a forma de classe aberta, com prazo de duração indeterminado, estruturado como Classe de Investimento em Cotas – CIC e destinado, entre outros investidores institucionais, aos Regimes Próprios de Previdência Social. Seu objetivo consiste em proporcionar rentabilidade por meio da aplicação em cotas de classes de fundos de investimento, mantendo perfil predominantemente de renda fixa.

A política de investimento estabelece que os fundos investidos devem possuir, no mínimo, 80% do patrimônio em títulos públicos federais ou ativos de renda fixa considerados de baixo risco de crédito, não sendo admitidas estratégias com risco de moeda estrangeira, renda variável ou alavancagem. Adicionalmente, no mínimo 95% do patrimônio da classe deve estar relacionado à taxa de juros doméstica, com duration média ponderada inferior a 21 dias úteis, buscando limitar a sensibilidade da carteira às oscilações das taxas de juros futuros.

A administração e a gestão são exercidas pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset Management, CNPJ nº 30.822.936/0001-69, instituição devidamente credenciada perante a Comissão de Valores Mobiliários. Os serviços de registro escritural, tesouraria, controladoria e custódia são prestados pelo Banco do Brasil S.A.

Quanto à liquidez, não há carência ou barreiras ordinárias aos resgates. Tanto a conversão das cotas quanto a liquidação financeira ocorrem em D+0, com apuração diária da cota, característica que proporciona elevada disponibilidade dos recursos. A taxa global prevista é de 0,20% ao ano, podendo atingir até 0,30% ao ano quando consideradas as taxas máximas dos fundos investidos, não havendo cobrança de taxa de performance, ingresso, saída ou custódia.

Conforme consulta ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 19,85 bilhões, com praticamente a totalidade da carteira representada por cotas do fundo de investimento BB TOP DI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ 00.852.311/0001-89), no montante de aproximadamente R\$ 19,85 bilhões, além de valores residuais em disponibilidades, contas a receber e a pagar. A estrutura observada confirma sua natureza de fundo de cotas.

Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de março de 2025, o fundo apresentava 100% de seu patrimônio líquido aplicado no BB Top DI Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo Fundo de Investimento, evidenciando elevada concentração em um único fundo investido naquela data. A auditoria destacou

justamente a valorização das cotas do fundo investido como principal assunto de auditoria, em razão de sua representatividade integral no patrimônio do fundo.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2025 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do fundo e o desempenho de suas operações.

No aspecto de desempenho, o fundo registrou rentabilidade de 11,37% no exercício encerrado em março de 2025, após retorno de 12,40% no exercício anterior.

Quanto ao gerenciamento de riscos, a BB Asset informa a utilização de VaR por simulação histórica, complementado por cenários de estresse e procedimentos específicos para acompanhamento dos riscos de mercado e liquidez. Na data-base de 31/03/2025, o VaR informado foi de 0,0426%, considerando horizonte de um dia útil, intervalo de confiança de 95% e série histórica de 150 observações.

As demonstrações contábeis também registram que não houve litígios, ações trabalhistas ou outros processos considerados contingências judiciais ou administrativas no exercício analisado.

- **BB TOP DI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ 00.852.311/0001-89)**

Trata-se de fundo de investimento financeiro classificado como Renda Fixa, constituído sob a forma de classe aberta, com prazo de duração indeterminado e responsabilidade limitada dos cotistas. O fundo iniciou suas atividades em novembro de 1997 e tem como objetivo proporcionar rentabilidade por meio de uma carteira diversificada de ativos financeiros, buscando acompanhar as variações diárias do CDI ou da taxa Selic.

A administração e a gestão são exercidas pela BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset Management, CNPJ nº 30.822.936/0001-69, instituição devidamente credenciada perante a Comissão de Valores Mobiliários. Os serviços de controle e processamento de ativos, distribuição, registro escritural das cotas, tesouraria e custódia são prestados pelo Banco do Brasil S.A.

A política de investimento estabelece que, no mínimo, 80% do patrimônio líquido deve estar representado por títulos públicos federais ou ativos financeiros de renda fixa de emissores considerados de baixo risco de crédito. Não são admitidas estratégias com exposição à moeda estrangeira ou renda variável, e a *duration* média ponderada da carteira deve ser inferior a 21 dias úteis. O regulamento admite, contudo, até 50% do patrimônio em ativos de renda fixa de crédito privado, além de prever mínimo de 50% em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses ativos. 05

Quanto à liquidez, a conversão das cotas e a liquidação financeira dos resgates ocorrem em D+0, sem carência ou barreiras ordinárias aos resgates, sendo a cota calculada diariamente. O regulamento não prevê cobrança direta de taxas de administração, gestão, performance, ingresso ou saída pela classe, podendo haver custos nos fundos investidos, além de taxa máxima de custódia de 0,01% ao ano.

Conforme consulta ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 31,72 bilhões. A carteira era composta por cerca de R\$ 16,15 bilhões em títulos públicos federais, equivalentes a aproximadamente 50,91% do patrimônio, além de R\$ 6,60 bilhões em depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras, R\$ 4,59 bilhões em operações compromissadas e R\$ 4,35 bilhões em debêntures. Dessa forma, embora os títulos públicos continuem representando a maior parcela individual da carteira, observa-se exposição relevante a crédito privado, especialmente por meio de títulos bancários e debêntures.

Essa característica já estava presente nas demonstrações contábeis de 31 de março de 2025, quando os títulos públicos representavam 52,23% do patrimônio líquido, enquanto parcela relevante encontrava-se aplicada em CDBs, debêntures, letras financeiras, DPGE e outros instrumentos de crédito privado. Naquela posição, as letras financeiras correspondiam a aproximadamente 19,49% do patrimônio e as debêntures a cerca de 12,37%, evidenciando estratégia de diversificação dentro da renda fixa.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de março de 2025 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do fundo e o desempenho de suas operações.

A auditoria destacou dois pontos como principais assuntos: a existência e valorização dos títulos públicos, que representavam 52,23% do patrimônio, e a valorização dos ativos de crédito privado com preços ou parâmetros não diretamente observáveis no mercado, que representavam 36,19% do patrimônio. Para estes últimos, foram analisadas premissas como ratings dos emissores, taxas de mercado e modelos de precificação, tendo a auditoria considerado aceitáveis os critérios utilizados pela Administradora.

No aspecto de desempenho, o fundo apresentou rentabilidade de 11,60% no exercício encerrado em março de 2025, frente a 11,28% do CDI, enquanto no exercício anterior registrou 12,62%, comparativamente a 12,35% do CDI, indicando desempenho ligeiramente superior ao índice de referência nos dois períodos.

Quanto ao gerenciamento de riscos, a BB Asset informa utilizar VaR por simulação histórica, complementado por cenários de estresse e procedimentos específicos para acompanhamento dos riscos de mercado e liquidez. Na data-base de 31/03/2025, o VaR informado foi de 0,0426%, considerando horizonte de um dia útil, nível de confiança de 95% e série histórica de 150 observações.

3.5 BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI (CNPJ: 03.399.411/0001-90)

Trata-se de fundo de investimento financeiro constituído sob a forma de classe aberta, com prazo indeterminado de duração, classificado como Renda Fixa Referenciada DI e com responsabilidade dos cotistas limitada ao valor por eles subscrito. A classe é destinada, entre outros investidores, aos segmentos Corporate, Institucional e Private do Bradesco, incluindo Entidades Fechadas de Previdência Complementar e Institutos de Previdência, tendo como objetivo buscar rentabilidade que acompanhe as variações do CDI.

A política de investimento estabelece que, no mínimo, 95% do patrimônio deve estar aplicado em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação do CDI. Adicionalmente, pelo menos 80% do patrimônio deve estar representado por títulos públicos federais, ativos financeiros de renda fixa considerados de baixo risco de crédito ou cotas de fundos de índice compatíveis com essa estratégia. O regulamento admite exposição a crédito privado, limitada a 50% do patrimônio, e veda alavancagem e exposição a renda variável.

A administração, a gestão, a custódia, a escrituração de cotas, o controle e processamento dos ativos e a tesouraria são exercidos pelo Banco Bradesco S.A., CNPJ nº 60.746.948/0001-12, devidamente credenciado perante a Comissão de Valores Mobiliários.

Quanto à liquidez, as aplicações e os resgates são processados em D+0, com pagamento do resgate também em D+0 e sem prazo de carência. Essa característica confere elevada liquidez ao investimento, embora o regulamento preveja mecanismos extraordinários de gerenciamento de liquidez e possibilidade de fechamento temporário para resgates em situações excepcionais de mercado.

Conforme consulta ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 31,60 bilhões. A carteira era composta principalmente por cerca de R\$ 13,97 bilhões em operações compromissadas, R\$ 9,68 bilhões em depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras, R\$ 3,97 bilhões em títulos públicos federais, R\$ 2,83 bilhões em debêntures e R\$ 1,13 bilhão em cotas de fundos de investimento. Em termos relativos, isso corresponde aproximadamente a 44,2% em compromissadas, 30,6% em títulos bancários, 12,6% em títulos públicos, 9,0% em debêntures e 3,6% em cotas de fundos.

Essa composição demonstra que, embora o fundo mantenha perfil de renda fixa e referência no CDI, possui exposição material a crédito privado, especialmente por meio de títulos emitidos por instituições financeiras e debêntures. Essa característica já estava presente nas demonstrações de janeiro de 2025, quando os títulos privados representavam 34,80% do patrimônio, enquanto aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos representavam 63,47%.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de janeiro de 2025 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do fundo e o desempenho de suas operações.

A auditoria destacou como principais assuntos tanto a custódia e valorização das aplicações interfinanceiras e títulos públicos quanto a custódia e valorização dos títulos privados, em razão da representatividade desses ativos na carteira. Foram realizados testes de existência, conciliações de custódia, recálculo de valorização e análise de preços, indexadores e spreads de crédito, tendo os critérios utilizados sido considerados aceitáveis.

No aspecto de desempenho, o fundo apresentou rentabilidade de 11,48% no exercício encerrado em janeiro de 2025, frente a 10,92% do CDI, enquanto no exercício anterior registrou 13,58%, comparativamente a 12,87% do CDI, evidenciando desempenho superior ao benchmark nos dois períodos analisados.

Quanto ao gerenciamento de riscos, o fundo utiliza VaR paramétrico, com intervalo de confiança de 95% e horizonte de 21 dias. Na data-base de 31/01/2025, o VaR informado foi equivalente a 0,04% do patrimônio líquido, indicando baixa volatilidade histórica no horizonte considerado.

As demonstrações também informam que não havia demandas judiciais ou extrajudiciais envolvendo o fundo ou sua administração no período analisado.

3.6 CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA (CNPJ: 23.215.008/0001-70)

Trata-se de fundo de investimento financeiro constituído sob a forma de classe aberta, com prazo indeterminado de duração, classificado como Renda Fixa e com responsabilidade limitada dos cotistas. A classe é destinada, entre outros investidores, aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, entidades públicas e entidades fechadas de previdência complementar.

O objetivo da classe é buscar rentabilidade que acompanhe a variação do CDI, por meio da aplicação em ativos financeiros indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas e/ou índices de preços. A exposição a índices de preços e taxas prefixadas está limitada a 50% do patrimônio e a política determina que 100% dos ativos sejam considerados de baixo risco de crédito pela Gestora e classificados por agência de risco registrada na CVM.

A administração do fundo é realizada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, enquanto a gestão é exercida pela Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CAIXA DTVM, CNPJ nº 42.040.639/0001-40. A custódia também é prestada pela Caixa Econômica Federal, devidamente habilitada perante a CVM.

A política de investimento permite alocação de até 100% em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos, até 50% em ativos de renda fixa emitidos por instituições financeiras ou companhias abertas e até 20% em cotas de fundos de renda fixa compatíveis com a estratégia. O limite de crédito privado é de 50% do patrimônio, sendo vedada exposição a renda variável e alavancagem.

Quanto à liquidez, não há carência. A conversão das cotas de aplicação e resgate ocorre em D+0, assim como a liquidação financeira, sendo a cota calculada diariamente pelo valor de fechamento dos mercados. A taxa global da classe é de 0,20% ao ano, não havendo cobrança de taxa de ingresso, saída ou performance.

Conforme consulta ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 9,12 bilhões. A consulta atual também evidencia a manutenção de posições em debêntures na carteira, incluindo emissões de Sabesp, Cielo, B3, Telefônica Brasil, Rede D'Or e NTS, entre outras.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 9,27 bilhões. A carteira era composta por cerca de 26,53% em operações compromissadas, 23,83% em títulos públicos federais e 49,03% em títulos privados, incluindo letras financeiras, CDBs, debêntures, letras financeiras subordinadas, DPGE e notas comerciais.

Essa composição demonstra que, embora o fundo mantenha uma parcela relevante em ativos soberanos e compromissadas, possui também exposição expressiva a crédito privado, especialmente títulos bancários e debêntures. Em dezembro de 2025, por exemplo, as letras financeiras representavam aproximadamente 27,61% do patrimônio, os CDBs 8,64%, as debêntures 7,91% e as letras financeiras subordinadas 3,66%.

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do fundo e o desempenho de suas operações.

A auditoria destacou como principais assuntos tanto a custódia dos ativos financeiros quanto a valorização dos ativos não cotados em mercado ativo. Estes últimos representavam 41,12% do patrimônio líquido em dezembro de 2025 e incluíam letras financeiras, CDBs, DPGE, notas comerciais e letras financeiras subordinadas, cuja precificação depende de metodologias que consideram taxas de juros, risco de crédito e estimativas. A Deloitte considerou aceitáveis os procedimentos e critérios de mensuração utilizados.

No aspecto de desempenho, o fundo apresentou rentabilidade de 14,44% em 2025, frente a 14,31% do CDI, enquanto em 2024 registrou 10,86%, comparativamente a 10,87% do benchmark, demonstrando elevada aderência ao índice de referência.

Quanto ao gerenciamento de riscos, a administradora utiliza VaR e Stress Analysis, além de controles específicos de risco de crédito e liquidez. Na data-base de 31/12/2025, o VaR informado foi de 0,0429%, calculado por modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 95% e horizonte de 21 dias.

As demonstrações financeiras também registram que não havia demandas judiciais ou extrajudiciais envolvendo a classe ou sua administração no período analisado.

3.7 CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP (CNPJ: 03.737.206/0001-97)

Trata-se de fundo de investimento financeiro constituído sob a forma de classe aberta, com prazo indeterminado de duração, classificado como Renda Fixa e com responsabilidade limitada dos cotistas. A classe é destinada, entre outros investidores, aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, entidades públicas e entidades fechadas de previdência complementar.

O objetivo da classe é buscar rentabilidade que acompanhe a variação do CDI, por meio da aplicação em ativos financeiros indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas e/ou índices de preços. A exposição a índices de preços e taxas prefixadas está limitada a 50% do patrimônio e a política determina que 100% dos ativos sejam considerados de baixo risco de crédito pela Gestora e classificados por agência de risco registrada na CVM.

A administração do fundo é realizada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, enquanto a gestão é exercida pela Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – CAIXA DTVM, CNPJ nº 42.040.639/0001-40. A custódia também é prestada pela Caixa Econômica Federal, devidamente habilitada perante a CVM.

A política de investimento permite alocação de até 100% em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos, até 50% em ativos de renda fixa emitidos por instituições financeiras ou companhias abertas e até 20% em cotas de fundos de renda fixa compatíveis com a estratégia. O limite de crédito privado é de 50% do patrimônio, sendo vedada exposição a renda variável e alavancagem.

Quanto à liquidez, não há carência. A conversão das cotas de aplicação e resgate ocorre em D+0, assim como a liquidação financeira, sendo a cota calculada diariamente pelo valor de fechamento dos mercados. A taxa global da classe é de 0,20% ao ano, não havendo cobrança de taxa de ingresso, saída ou performance.

Conforme consulta ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 9,12 bilhões. A consulta atual também evidencia a manutenção de posições em debêntures na carteira, incluindo emissões de Sabesp, Cielo, B3, Telefônica Brasil, Rede D'Or e NTS, entre outras.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 9,27 bilhões. A carteira era composta por cerca de 26,53% em operações compromissadas, 23,83% em títulos públicos federais e 49,03% em títulos privados, incluindo letras financeiras, CDBs, debêntures, letras financeiras subordinadas, DPGE e notas comerciais.

Essa composição demonstra que, embora o fundo mantenha uma parcela relevante em ativos soberanos e compromissadas, possui também exposição expressiva a crédito privado, especialmente títulos bancários e debêntures. Em dezembro de 2025, por exemplo, as letras financeiras representavam aproximadamente 27,61% do patrimônio, os CDBs 8,64%, as debêntures 7,91% e as letras financeiras subordinadas 3,66%.

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do fundo e o desempenho de suas operações.

A auditoria destacou como principais assuntos tanto a custódia dos ativos financeiros quanto a valorização dos ativos não cotados em mercado ativo. Estes últimos representavam 41,12% do patrimônio líquido em dezembro de 2025 e incluíam letras financeiras, CDBs, DPGE, notas comerciais e letras financeiras subordinadas, cuja precificação depende de metodologias que consideram taxas de juros, risco de crédito e estimativas. A Deloitte considerou aceitáveis os procedimentos e critérios de mensuração utilizados.

No aspecto de desempenho, o fundo apresentou rentabilidade de 14,44% em 2025, frente a 14,31% do CDI, enquanto em 2024 registrou 10,86%, comparativamente a 10,87% do benchmark, demonstrando elevada aderência ao índice de referência.

Quanto ao gerenciamento de riscos, a administradora utiliza VaR e Stress Analysis, além de controles específicos de risco de crédito e liquidez. Na data-base de 31/12/2025, o VaR informado foi de 0,0429%, calculado por modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 95% e horizonte de 21 dias.

As demonstrações financeiras também registram que não havia demandas judiciais ou extrajudiciais envolvendo a classe ou sua administração no período analisado.

3.8 TARPON GT INSTITUCIONAL FIF (CNPJ: 39.346.123/0001-14)

Trata-se de fundo de investimento financeiro constituído sob a forma de classe aberta, com prazo indeterminado de duração, classificado como Ações e com responsabilidade dos cotistas limitada ao valor subscrito. A classe é destinada ao público em geral, incluindo pessoas físicas, jurídicas, fundos de investimento e Regimes Próprios de Previdência Social.

A política de investimento estabelece como objetivo proporcionar valorização das cotas no longo prazo, mediante aplicação de, no mínimo, 95% do patrimônio líquido em cotas do Tarpon GT Master Institucional Fundo de Investimento em Ações, CNPJ nº 39.344.744/0001-69. Dessa forma, trata-se essencialmente de uma estrutura de fundo de cotas, cuja exposição econômica decorre principalmente da carteira do fundo master investido.

A administração fiduciária, custódia, controladoria, tesouraria e escrituração das cotas são realizadas pelo Banco Daycoval S.A., CNPJ nº 62.232.889/0001-90, enquanto a gestão é exercida pela TPE Gestora de Recursos Ltda., CNPJ nº 35.098.801/0001-16, instituição vinculada à operação da Tarpon.

Por se tratar de estratégia de renda variável, o principal fator de risco está associado à oscilação dos preços das ações e demais ativos detidos pelo fundo investido. O regulamento também identifica riscos de mercado, concentração, liquidez, precificação, perdas patrimoniais e, quando aplicável, exposição indireta a mercados externos.

Quanto à liquidez, o fundo apresenta prazo significativamente superior aos fundos de renda fixa analisados anteriormente. A conversão das cotas de resgate ocorre em D+90 dias corridos, com pagamento em até D+2 dias úteis após a conversão. A aplicação é convertida em D+1. Essa característica deve ser considerada na gestão da liquidez do RPPS, uma vez que a posição não possui disponibilidade imediata.

Conforme consulta ao CVMWeb para a competência 06/2026, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 1,34 bilhão, com praticamente a totalidade de seus ativos representada por cotas de fundos de investimento. Na consulta pública, a identificação dos fundos investidos foi temporariamente omitida por solicitação do administrador, circunstância permitida pela regulamentação quando a divulgação da posição possa prejudicar operações em curso.

Nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, a classe apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 1,59 bilhão, sendo praticamente toda a carteira composta por cotas do Tarpon GT Master Institucional FIA, além de posição residual no Daycoval Títulos Públicos II FIRF. Essa composição confirma a natureza de fundo alimentador da estratégia administrada pela Tarpon.

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. – PwC, que emitiu opinião sem ressalvas, concluindo que as demonstrações apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da classe e o desempenho de suas operações.

O principal assunto de auditoria foi justamente a existência e mensuração das aplicações em cotas dos fundos investidos, tendo a PwC confrontado as posições com informações dos respectivos administradores e analisado também os relatórios de auditoria dos fundos subjacentes. Os critérios empregados foram considerados consistentes com as informações analisadas.

No aspecto de desempenho, o fundo apresentou rentabilidade de 37,67% em 2025, frente à valorização de 33,95% do Ibovespa. Em 2024, registrou rentabilidade de -1,04%, enquanto o Ibovespa recuou -10,36%. Apesar do resultado expressivo de 2025, a série mensal evidencia volatilidade característica da renda variável, incluindo queda de 6,94% em julho de 2025 e alta de 10,69% em novembro de 2025.

No gerenciamento de riscos, a Administradora utiliza VaR e Stress Testing. Na data-base de 31/12/2025, o VaR informado foi de 9,8056%, calculado pelo método paramétrico, com horizonte de 21 dias, intervalo de confiança de 95% e metodologia EWMA para cálculo da volatilidade. Trata-se, portanto, de nível de risco significativamente superior aos fundos de renda fixa anteriormente analisados, coerente com a natureza da estratégia em ações.

Quanto à remuneração, a classe possui taxa global de 2,00% ao ano, podendo alcançar até 2,015% ao ano quando consideradas as taxas dos fundos investidos, além de taxa de performance de 20% sobre o resultado que exceder o Ibovespa, com linha d'água.

As demonstrações contábeis registram ainda que não havia demandas judiciais ou extrajudiciais envolvendo a classe ou seu administrador no exercício auditado.

3.9 LME REC IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA (CNPJ: 11.784.036/0001-20)

O LME REC IMA-B Fundo de Investimento em Renda Fixa foi constituído em 17 de junho de 2010 e iniciou suas operações em 13 de março de 2012, sob a forma de condomínio aberto, destinado a investidores qualificados e Regimes Próprios de Previdência Social. Seu objetivo original consiste em buscar, no longo prazo, superar a variação do IMA-B, por meio de investimentos em ativos relacionados à taxa de juros doméstica e índices de preços, podendo utilizar derivativos exclusivamente para proteção da carteira. O regulamento estabelece que, no mínimo, 80% do patrimônio esteja relacionado diretamente, ou por meio de derivativos, à variação da taxa de juros doméstica ou de índices de preços.

O GUARAPREV realizou aplicação de R\$ 2.000.000,00 em 17 de abril de 2012, quando o investimento apresentava características e enquadramento compatíveis com a regulamentação então vigente para os RPPS. Desde a realização do investimento, não houve pagamento de amortizações ou resgates ao Instituto, permanecendo a posição integralmente sujeita à evolução patrimonial das cotas e à capacidade de realização dos ativos mantidos pelo fundo. LME REC IMA O histórico disponível da posição confirma a ausência de resgates em todos os períodos demonstrados, inclusive entre 2015 e agosto de 2026.

Ao longo de sua existência, o fundo passou por sucessivas alterações de prestadores de serviços. Inicialmente, a administração e a custódia eram exercidas pelo Citibank DTVM, enquanto a gestão estava a cargo da Leme Investimentos. Posteriormente, houve passagens por Gradual e Orla DTVM, até que a administração, custódia, controladoria e escrituração passaram à RJJ Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., permanecendo a gestão atualmente sob responsabilidade da Graphen Investimentos Ltda.

Um dos primeiros eventos relevantes relacionados à atual condição de liquidez ocorreu em 2016, quando houve tentativa de transferência da administração e custódia para a Elite Corretora. A operação não foi concluída conforme inicialmente deliberado e as solicitações de resgate foram paralisadas. Na ocasião, a administradora registrou que o fundo não dispunha de caixa suficiente para atender os resgates programados e que grande parte dos ativos integrantes de sua carteira apresentava baixa liquidez, circunstância que levou ao fechamento do fundo para resgates.

Posteriormente, a deterioração de determinados ativos privados provocou impactos patrimoniais expressivos. Em 30 de agosto de 2018, a então administradora divulgou reprecificação dos ativos da carteira que produziu impacto negativo de 25,8% no patrimônio líquido do fundo, correspondente a aproximadamente R\$ 21,28 milhões. Entre os principais efeitos estavam a reavaliação da CCB Somopar e, especialmente, da participação no Leme Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado, cuja reprecificação provocou redução de aproximadamente R\$ 17,54 milhões.

O período também foi marcado por dificuldades decorrentes das sucessivas substituições de prestadores de serviços. Em janeiro de 2019, a Orla DTVM informou que a antiga administradora, Gradual CCTVM, então em liquidação extrajudicial, não havia fornecido integralmente documentos e informações necessários à conclusão das auditorias e à transferência da administração, levando a nova administradora a contratar auditor independente e realizar cobranças para regularização documental. Em junho de 2020, a própria Orla teve cancelado pela CVM seu registro de administradora de carteiras, tendo posteriormente a administração do fundo sido transferida à RJI.

A reprecificação dos ativos continuou sendo elemento relevante na evolução patrimonial. Em dezembro de 2024, a RJI divulgou novo fato relevante comunicando redução de 2,47% no valor das cotas do LME REC IMA-B, decorrente de nova variação negativa no Leme Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado, veículo investido pelo fundo.

A baixa liquidez permanece como uma das principais características da posição. O regulamento estabelece que a conversão das cotas para fins de resgate ocorre no 1.008º dia útil após a solicitação, com pagamento no primeiro dia útil subsequente, resultando em prazo efetivo de aproximadamente D+1009. Também está prevista a possibilidade de fechamento para resgates em situações excepcionais de iliquidez. A lâmina mais recente confirma disponibilidade de resgate em D+1009, patrimônio líquido do fundo de aproximadamente R\$ 75,65 milhões, 28 cotistas e participação de recursos provenientes de RPPS equivalente a 80% do patrimônio.

Na posição de 31 de agosto de 2026, a composição da carteira já apresenta estrutura substancialmente diferente daquela que originou os problemas históricos. Entre os principais investimentos encontram-se cotas dos fundos AZ Quest Termo Renda Fixa, BTG Pactual Tesouro IPCA Geral, Porto Seguro IMA-B 5, Cardinal Partners Ativo, Cardinal Partners Retorno Absoluto Institucional, Safra Agilité e Cardinal Partners Juro Real, além de operações compromissadas. A participação no LME REC Multissetorial IPCA FIDC, anteriormente relevante para a deterioração da carteira, aparece com valor contábil igual a zero na posição divulgada.

A estrutura atual também apresenta valor expressivo registrado em “valores a receber”, ao mesmo tempo em que existem obrigações relevantes em “valores a pagar”, razão pela qual a interpretação da

composição patrimonial não deve ser realizada apenas pela soma isolada dos ativos brutos. O patrimônio líquido permanece como medida adequada da posição econômica do fundo.

Em relação à posição específica do GUARAPREV, o saldo registrado em agosto de 2026 era de R\$ 1.649.146,62. Durante 2026 não foram realizadas novas aplicações nem resgates, sendo as variações mensais decorrentes exclusivamente da movimentação do valor da cota. Entre janeiro e agosto de 2026, a posição apresentou retorno acumulado de -3,09%, enquanto o IMA-B acumulou 6,75% no mesmo período.

É importante destacar que o saldo atual, inferior ao valor originalmente aplicado, não deve ser interpretado isoladamente como perda definitivamente realizada, uma vez que o investimento permanece mantido em cotas e não ocorreu liquidação financeira da posição. Por outro lado, diferentemente de situações em que houve amortizações ou devoluções parciais ao cotista, neste investimento o GUARAPREV não recebeu qualquer amortização ou resgate desde a aplicação, de modo que todo o valor econômico recuperável continua dependente do patrimônio existente no fundo e da efetiva capacidade futura de realização de seus ativos.

Leitura da diligência

O LME REC IMA-B constitui atualmente uma posição estressada, de liquidez extremamente restrita e em processo de desinvestimento assistido, cuja situação decorre de eventos ocorridos há vários anos, envolvendo deterioração de ativos de crédito privado, reprecificações relevantes, dificuldades de liquidez e sucessivas alterações de prestadores de serviços.

Embora formalmente estruturado como fundo aberto, o prazo de resgate de aproximadamente D+1009 impede que o GUARAPREV promova a saída imediata da posição. Além disso, desde a realização do investimento, não houve amortizações ou pagamentos de resgate ao Instituto, motivo pelo qual eventual recuperação financeira dependerá da evolução do patrimônio do fundo e da efetiva realização futura dos ativos que compõem sua carteira.

A composição divulgada em agosto de 2026 demonstra que parte significativa dos antigos ativos problemáticos já não integra diretamente a carteira ou foi substituída por outros instrumentos, indicando evolução no processo de reorganização e realização patrimonial. Isso, entretanto, não se traduziu até o momento em ingresso financeiro para o GUARAPREV, uma vez que nenhuma parcela da posição foi efetivamente amortizada ou resgatada.

Nesse contexto, não se mostra tecnicamente adequado interpretar a permanência do investimento como inércia do Instituto. O GUARAPREV não possui ingerência sobre o prazo de realização dos ativos nem possibilidade de determinar unilateralmente o pagamento antecipado de sua posição. A atuação prudencial deve permanecer concentrada no acompanhamento da administradora e da gestora, análise da composição da carteira, fatos relevantes, reprecificações, assembleias de cotistas e demais eventos capazes de afetar a recuperação dos recursos, mantendo-se vedada a realização de novos aportes e registrando-se periodicamente as diligências efetuadas.

3.10 LME SECURITY FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO LP (CNPJ: 09.315.625/0001-17)

O Security Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo Crédito Privado foi constituído em janeiro de 2008 e iniciou suas operações em 8 de julho de 2008, sob a forma de condomínio aberto e destinado a investidores profissionais, inclusive entidades previdenciárias e Regimes Próprios de Previdência Social. Seu objetivo original consiste em buscar retorno superior ao CDI no longo prazo, mediante investimentos predominantemente em ativos de renda fixa e crédito privado.

O GUARAPREV realizou aplicação de R\$ 4.000.000,00 em 8 de julho de 2009. Na estrutura originalmente prevista, os recursos possuíam prazo alongado de realização, tendo ocorrido, posteriormente, sucessivas alterações nas condições de liquidez em razão da deterioração dos créditos que integravam a carteira.

Desde os primeiros anos, a carteira apresentava elevada concentração em crédito privado, especialmente Cédulas de Crédito Bancário – CCB e Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI, sem coobrigação de instituições financeiras. A materialização do risco de crédito ocorreu progressivamente, com episódios de inadimplência e constituição de provisões que afetaram significativamente o patrimônio do fundo. Entre os principais casos destacam-se as operações relacionadas à KV Instalações Comércio e Indústria Ltda., Ronconi Indústria e Comércio de Móveis e Colchões Ltda. e Gestora de Recebíveis Tetto Habitação S.A.

Em relação à Ronconi, foram constituídas provisões crescentes diante das dificuldades financeiras da companhia, culminando com provisão integral após a decretação e manutenção de sua falência. As demonstrações financeiras mais recentes registram que as respectivas CCBs encontram-se apresentadas pelo valor líquido das provisões e que as ações para recuperação dos créditos continuam sendo acompanhadas, embora pesquisas patrimoniais recentes não tenham identificado bens suficientes para satisfação da dívida.

No caso da KV Instalações, também foram constituídas provisões relevantes em razão da recuperação judicial e das dificuldades de realização do crédito. O fundo conseguiu recuperar parcela reduzida por meio de medidas judiciais, mas sofreu decisão desfavorável em processo relativo a uma das garantias, permanecendo em andamento outras tentativas de localização de patrimônio dos devedores.

Outro ativo central para compreensão da situação atual são as CCIs emitidas pela Gestora de Recebíveis Tetto Habitação S.A., lastreadas em créditos contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. Em 2016, a reprecificação desses ativos gerou impacto patrimonial relevante no fundo. As demonstrações financeiras de junho de 2025 indicavam que as CCIs representavam aproximadamente 40,34% do patrimônio líquido, sendo que a Caixa Econômica Federal havia informado, desde 2012, a existência de problemas relacionados aos créditos cedidos pela Tetto.

A situação de liquidez começou a ser formalmente restringida ainda em 2010. As demonstrações financeiras registram que o fundo encontra-se fechado para resgates desde 11 de junho de 2010. O regulamento atual esclarece que, por deliberação dos cotistas, o fundo não realiza mais pagamentos de resgates, devendo a saída de recursos ocorrer por meio de amortizações proporcionais, sucessivas e simultâneas a todos os cotistas.

Posteriormente, diante da dificuldade de recuperação e realização dos créditos, foi deliberado o processo formal de liquidação do fundo em 22 de outubro de 2018. O prazo inicialmente previsto para

encerramento era dezembro de 2020, posteriormente prorrogado para dezembro de 2023 e, em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 2 de janeiro de 2024, novamente prorrogado, passando o prazo atual de conclusão da liquidação para 31 de dezembro de 2026. O próprio regulamento vigente desde março de 2026 registra expressamente que o fundo se encontra em processo de liquidação, com conclusão prevista para essa data.

O GUARAPREV já recebeu valores relevantes ao longo da vida deste investimento. Até julho de 2025, as amortizações recebidas totalizavam R\$ 3.078.930,65, frente ao investimento inicial de R\$ 4 milhões. O histórico apresenta pagamentos realizados entre 2010 e 2015, evidenciando que parcela significativa do capital originalmente investido já retornou financeiramente ao Instituto.

Há ainda resgate relevante em fevereiro de 2026 no valor de R\$ 571.801,41, reduzindo a posição de aproximadamente R\$ 1,37 milhão para R\$ 805 mil. Considerando que o regulamento vigente determina expressamente que o fundo não realiza resgates e que as devoluções de recursos são efetuadas por amortizações proporcionais, essa movimentação deve ser interpretada, para fins do Relatório de Diligências, como fluxo de amortização, salvo informação específica em sentido diverso fornecida pela administradora.

Na posição de 31 de junho de 2026, o GUARAPREV mantinha saldo de aproximadamente R\$ 830,43 mil no fundo. No mesmo período, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 13,42 milhões, 14 cotistas e participação de recursos de RPPS equivalente a 70,20% do patrimônio.

A composição atual da carteira evidencia que o processo de liquidação ainda depende de ativos residuais relevantes. Em agosto de 2026, aproximadamente 53,30% do patrimônio estava aplicado em cotas do Security FIF, enquanto cerca de 39,57% permaneciam concentrado em CCI's da Tetto Habitação, divididas em duas posições. O restante encontrava-se predominantemente distribuído entre fundos de liquidez administrados pelo BNY Mellon, enquanto a CCB da Ronconi figurava com valor contábil igual a zero.

A política atual de investimento também revela mudança importante em relação à carteira histórica. O regulamento de março de 2026 prevê que os recursos disponíveis sejam direcionados principalmente a títulos públicos indexados à Selic, operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e fundos de liquidez diária compostos por esses ativos. Trata-se, portanto, de postura compatível com uma carteira em liquidação: os recursos já realizados tendem a permanecer em ativos de elevada liquidez e baixo risco enquanto se aguarda a recuperação ou alienação dos créditos remanescentes.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 30 de junho de 2025 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião com ressalva. A ressalva está diretamente relacionada às CCI's da Tetto Habitação, diante da impossibilidade de obtenção de evidências suficientes para suportar integralmente sua valorização e capacidade de realização. O auditor destacou ainda, em parágrafo de ênfase, o processo de liquidação do fundo e as sucessivas prorrogações do prazo para encerramento, sem acrescentar nova ressalva especificamente em relação à liquidação.

A própria auditoria reforça que os resultados efetivamente obtidos na liquidação dos ativos privados poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis atualmente registrados, uma vez que a mensuração depende de premissas e estimativas de realização. Essa observação é especialmente relevante para a interpretação da posição residual do GUARAPREV.

Em junho de 2025, o fundo possuía patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 11,99 milhões, dos quais cerca de 60,04% estavam aplicados em cotas de fundos de investimento e 40,34% nas CCIs da Tetto Habitação. A comparação com agosto de 2026 demonstra crescimento do patrimônio e continuidade da estratégia de manutenção de parte substancial dos recursos realizados em fundos líquidos, embora permaneça exposição relevante ao crédito imobiliário pendente de solução.

Leitura da diligência

O Security constitui uma posição formalmente em processo de liquidação, cuja origem dos problemas remonta à elevada exposição histórica a ativos de crédito privado que sofreram inadimplência, recuperação judicial, falência e dificuldades relevantes de realização.

Diferentemente de outros ativos estressados da carteira do GUARAPREV, neste caso houve recuperação financeira parcial efetiva, mediante sucessivas amortizações aos cotistas. Até julho de 2025, o Instituto já havia recebido aproximadamente R\$ 3,08 milhões em relação ao aporte inicial de R\$ 4 milhões, havendo ainda nova movimentação relevante em 2026, compatível com amortização dentro da sistemática atualmente prevista pelo regulamento.

A parcela ainda mantida pelo GUARAPREV não possui possibilidade de resgate por iniciativa unilateral do Instituto. O regulamento determina que o fundo não realiza mais resgates ordinários, sendo a devolução do capital condicionada às amortizações decorrentes da realização dos ativos e ao cronograma do processo de liquidação. Assim, o momento de recebimento dos valores remanescentes depende principalmente da recuperação ou alienação dos créditos residuais, com destaque para as CCIs da Tetto Habitação.

A existência de opinião de auditoria com ressalva, relacionada justamente à mensuração e realização dessas CCIs, reforça a necessidade de leitura prudencial do valor patrimonial atualmente registrado. O saldo contábil do investimento não equivale necessariamente ao valor financeiro que será efetivamente recuperado ao término da liquidação.

Nesse contexto, a atuação adequada do GUARAPREV consiste em acompanhar permanentemente o processo de liquidação, as assembleias de cotistas, as demonstrações financeiras, os relatórios de auditoria, as providências judiciais relacionadas aos créditos inadimplentes, as amortizações recebidas e eventuais propostas de alienação dos direitos creditórios, registrando as diligências realizadas nos relatórios e atas dos órgãos de governança. Não cabe ao Instituto promover desinvestimento unilateral de posição cuja realização depende do próprio processo de liquidação do fundo.

3.11 LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊNIOR 1 (CNPJ: 12.440.789/0001-80)

O LME REC Multissetorial IPCA Fundo de Investimento em Direitos Creditórios iniciou suas atividades em 10 de janeiro de 2011, sob a forma de fundo aberto destinado a investidores qualificados. Seu objetivo original consistia na aquisição de direitos creditórios oriundos de diversos segmentos econômicos, incluindo os setores financeiro, comercial, industrial, agropecuário, imobiliário, de arrendamento mercantil e prestação de serviços. Atualmente, a administração é exercida pela RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., enquanto a gestão é realizada pela *Graphen* Investimentos Ltda.

O GUARAPREV realizou aporte de R\$ 1.400.000,00 em 11 de maio de 2011, em cotas seniores, quando o fundo ainda apresentava características compatíveis com a regulamentação aplicável aos RPPS à época. A documentação histórica registra que a carteira passou a apresentar elevada concentração em operações de crédito privado, sobretudo cédulas de crédito bancário, notas promissórias e outros direitos creditórios sem coobrigação de instituição financeira, aumentando significativamente a exposição ao risco de inadimplência.

A deterioração da carteira tornou-se especialmente relevante a partir de 2016 e 2017, com sucessivas inadimplências, reestruturações, recuperações judiciais e dificuldades para execução das garantias. A posição do GUARAPREV sofreu forte redução patrimonial nesse período. Em 2016, a posição passou de aproximadamente R\$ 2,42 milhões para R\$ 928 mil, correspondendo a perda anual de cerca de 61,71%; em 2017, nova deterioração reduziu a posição para aproximadamente R\$ 40 mil ao final do exercício, com retorno acumulado de -93,98% naquele ano.

Posteriormente, houve recuperação contábil relevante da cota em 2018, porém sem que isso representasse necessariamente ingresso financeiro correspondente para o cotista. O histórico demonstra que as variações posteriores decorreram predominantemente de reprecificações dos direitos creditórios e das expectativas de recuperação dos ativos, e não de normalização da liquidez do investimento.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 62,68 milhões, sendo cerca de 96,30% do ativo representado por direitos creditórios. O valor bruto desses direitos alcançava aproximadamente R\$ 418,55 milhões, contra provisões para perdas de aproximadamente R\$ 358,19 milhões, evidenciando o elevado grau de deterioração e a dependência de recuperação judicial e extrajudicial dos créditos.

Entre os ativos mais relevantes encontram-se direitos creditórios vinculados à Somopar – Sociedade Moveleira Paranaense Ltda. e à CKBV Florestal Ltda.. Em junho de 2025, os auditores registraram provisão de 70% sobre os créditos da Somopar e de 25% sobre os créditos da CKBV, destacando, porém, que não haviam obtido elementos suficientes para concluir se os níveis de provisionamento refletiam adequadamente o valor provável de recuperação desses ativos. Em razão disso, as demonstrações financeiras receberam opinião com ressalva.

A ressalva da auditoria é particularmente relevante, pois evidencia que o patrimônio líquido divulgado pelo fundo depende de estimativas sobre a recuperação de créditos altamente deteriorados, cujo valor efetivamente realizado poderá ser significativamente diferente do valor contábil. As próprias notas explicativas reconhecem que os direitos creditórios vencidos permanecem sujeitos a medidas de cobrança e execução de garantias e que a efetiva liquidação poderá gerar resultados distintos dos registrados contabilmente.

Em 24 de abril de 2026, ocorreu fato particularmente importante para esta diligência: os cotistas aprovaram formalmente a liquidação do fundo, conforme Plano de Desinvestimento e Recuperação apresentado pela administradora. A proposta obteve aprovação de 93,74% dos votos válidos, tendo alguns cotistas registrado ressalvas quanto à necessidade de cronograma detalhado, critérios objetivos de irrecuperabilidade dos ativos, controle dos custos, acompanhamento das ações judiciais e prevenção contra prolongamento indevido do processo.

A partir desse momento, portanto, a posição deve ser tratada de forma objetiva como ativo em processo formal de liquidação, cuja realização financeira dependerá do sucesso das medidas de recuperação dos direitos creditórios e do cronograma previsto no plano aprovado pelos cotistas.

A baixa liquidez é estrutural. A documentação disponível indica prazo de resgate de até 1.260 dias úteis, característica incompatível com qualquer expectativa de desinvestimento imediato. As demonstrações financeiras de 2025 registram, inclusive, que nos exercícios de 2024 e 2025 não houve amortização ou resgate de cotas.

Durante 2026, ocorreram novas reprecificações substanciais. Em 30 de junho de 2026, a administradora promoveu reajuste negativo de 37,86% na cota, decorrente da adoção de valor de liquidação forçada das garantias e do aumento das provisões para perdas: a PDD da Somopar passou de 70% para 77%, enquanto a da CKBV aumentou de 25% para 47%. O relatório da Graphen informa que a gestora questionou a metodologia adotada pela administradora, embora reconheça que a responsabilidade formal pela precificação cabe à administradora.

O efeito sobre a posição do GUARAPREV foi significativo. Em junho de 2026 o saldo era de aproximadamente R\$ 403,89 mil; em julho, após a reprecificação, caiu para aproximadamente R\$ 247,37 mil, encerrando agosto em R\$ 245,72 mil. No acumulado de janeiro a agosto de 2026, a posição apresentava retorno de -40,69%, comparativamente a 7,81% do benchmark IPCA + 7% a.a.

A situação sofreu ainda nova deterioração em 21 de setembro de 2026, quando foi reconhecida variação negativa adicional de 20,39% no valor da cota, decorrente do provisionamento de honorários advocatícios sucumbenciais relacionados à ação movida pelo fundo contra o Citibank. O valor cobrado no cumprimento provisório de sentença atingiu aproximadamente R\$ 7,64 milhões, após aplicação das penalidades processuais previstas no Código de Processo Civil.

Esse evento possui impacto relevante na perspectiva de recuperação do investimento, pois uma das principais estratégias adotadas pela gestora para recomposição patrimonial vinha sendo justamente o ajuizamento de ações indenizatórias contra antigos prestadores de serviços. O fundo mantém ações contra Citibank e Santander, alegando falhas na administração, custódia, verificação de lastro e critérios de elegibilidade dos ativos adquiridos em períodos anteriores.

No caso do Citibank, contudo, o processo apresentou resultado desfavorável ao fundo nas instâncias já julgadas, levando ao provisionamento dos honorários sucumbenciais. A Graphen informa que continuam sendo adotadas medidas recursais, inclusive com perspectiva de recursos aos tribunais superiores, razão pela qual o desfecho definitivo ainda não ocorreu. A ação contra o Santander permanece distinta e independente, seguindo seu próprio trâmite judicial.

Paralelamente, permanecem em andamento numerosas medidas de recuperação dos créditos contra os devedores originais. O relatório de gestão registra processos envolvendo, entre outros, Milano, MZE Participações, Magistral, Somopar, CKBV Florestal, Manchester, Tecnicare, Imperial, Langer, Rações União e Revisa, com diferentes estágios de falência, execução, localização de bens, penhoras e tentativa de alienação de garantias.

No caso específico do Grupo Milano, por exemplo, o relatório mais recente informa que os bens já foram leiloados e que os recursos disponíveis foram destinados ao pagamento de credores preferenciais, sem

atingir o crédito quirografário do fundo, reforçando a baixa perspectiva de recuperação por essa via. Em relação à Somopar, continuam sendo adotadas medidas de penhora, bloqueio de contas, execução de garantias e tentativa de leilão de bens, ainda sem recuperação compatível com o valor dos créditos registrados.

Leitura da diligência

O LME REC IPCA FIDC Multissetorial Sênior 1 deve ser classificado atualmente como ativo estressado, ilíquido e formalmente em processo de liquidação, cuja recuperação financeira depende predominantemente da realização judicial ou extrajudicial de direitos creditórios inadimplidos e das garantias vinculadas às respectivas operações.

A relevante deterioração patrimonial ocorrida ao longo dos anos não decorre de simples volatilidade de mercado, mas principalmente da materialização do risco de crédito, da inadimplência dos devedores, da baixa qualidade ou dificuldade de execução das garantias e da necessidade de constituição de elevadas provisões para perdas.

A aprovação do Plano de Liquidação em abril de 2026 representa uma mudança importante na condução da posição, pois formaliza o encerramento ordenado do veículo e direciona a atuação da administradora e da gestora para a alienação, recuperação e realização dos ativos remanescentes. O GUARAPREV, contudo, não possui controle direto sobre o prazo ou o valor que será efetivamente recuperado, razão pela qual não é possível realizar o desinvestimento por iniciativa unilateral do Instituto.

As reprecificações ocorridas em junho e setembro de 2026 reforçam a necessidade de postura prudencial. A redução de 37,86% decorrente do aumento das provisões dos créditos Somopar e CKBV, seguida da perda adicional de 20,39% relacionada ao provisionamento dos honorários sucumbenciais da ação contra o Citibank, demonstra que o valor patrimonial ainda permanece sujeito a ajustes relevantes à medida que novas informações sobre a recuperabilidade dos ativos e passivos do fundo são reconhecidas.

Nesse contexto, a atuação do GUARAPREV deve permanecer concentrada no acompanhamento do Plano de Liquidação, das assembleias de cotistas, das ações judiciais e execuções, das reprecificações e provisões, dos custos do processo de recuperação e dos eventuais valores efetivamente recuperados, mantendo-se vedados novos aportes e registrando-se periodicamente as diligências realizadas.

3.12 AUSTRO MULTISSETORIAL FIP MULTIESTRATÉGIA (CNPJ: 12.231.743/0001-51)

O Austro Multipar Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado iniciou suas atividades em agosto de 2013, sob a forma de condomínio aberto, destinado a investidores qualificados, inclusive Regimes Próprios de Previdência Social. Sua estratégia consistia predominantemente na aplicação em cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIPs, com objetivo de valorização de capital no médio e longo prazo.

O GUARAPREV realizou aplicação de R\$ 700.000,00 em 29 de outubro de 2015. O investimento foi realizado diretamente no Austro Multipar, sendo importante distinguir essa aplicação original dos ativos que posteriormente passaram a integrar diretamente a carteira do Instituto em decorrência do processo de liquidação do próprio fundo.

Ao longo dos anos, a carteira do Austro Multipar tornou-se fortemente dependente de fundos de participações com reduzida liquidez e problemas econômico-financeiros relevantes. Entre os principais ativos encontravam-se o FIP Cais Mauá, o FIP PUMA, o FIP LSH Multiestratégia e o FIP Austro Multissetorial, todos caracterizados por investimentos de longo prazo, baixa liquidez e elevada dependência do desempenho das respectivas companhias investidas.

Em 18 de agosto de 2020, diante da iliquidez dos ativos componentes da carteira, a administradora comunicou formalmente o fechamento do Austro Multipar para resgates e, conseqüentemente, também para novas aplicações. fato relevante do AUSTRO MULTI Posteriormente, em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 20 de outubro de 2020, foi aprovada a liquidação do fundo, conforme plano apresentado aos cotistas.

O processo culminou no encerramento das atividades em 4 de março de 2022. As demonstrações financeiras de encerramento registram que todas as cotas então emitidas foram resgatadas em decorrência da liquidação antecipada, com patrimônio líquido final igual a zero.

Entretanto, o encerramento do Austro Multipar não significou a conversão integral de sua carteira em recursos financeiros. Como parcela relevante do patrimônio era composta por ativos ilíquidos, a liquidação foi implementada mediante a transferência dos próprios ativos subjacentes aos cotistas, na proporção de suas participações.

A BFL comunicou formalmente que, no processo de encerramento, foram transferidas proporcionalmente aos cotistas do Austro Multipar cotas do FIP LSH Multiestratégia e do FIP Multiestratégia PUMA, ambos integrantes de sua carteira. O comunicado esclarece que essa transferência ocorreu para possibilitar a efetiva baixa e o encerramento do fundo.

Portanto, é fundamental registrar que o GUARAPREV não realizou aplicações diretas nesses fundos por decisão autônoma de investimento. A titularidade decorreu da entrega dos ativos existentes no patrimônio do Austro Multipar quando de sua liquidação. O mesmo racional se aplica aos demais ativos recebidos na cadeia de encerramentos dos fundos subjacentes.

A complexidade dessa estrutura já era identificada na própria carteira histórica do Austro Multipar, que mantinha exposição relevante a quatro investimentos problemáticos: Cais Mauá, PUMA, LSH e Austro Multissetorial. A estratégia de liquidação buscou justamente eliminar a camada intermediária representada pelo Austro Multipar, transferindo os ativos diretamente aos cotistas e reduzindo os custos de manutenção do veículo.

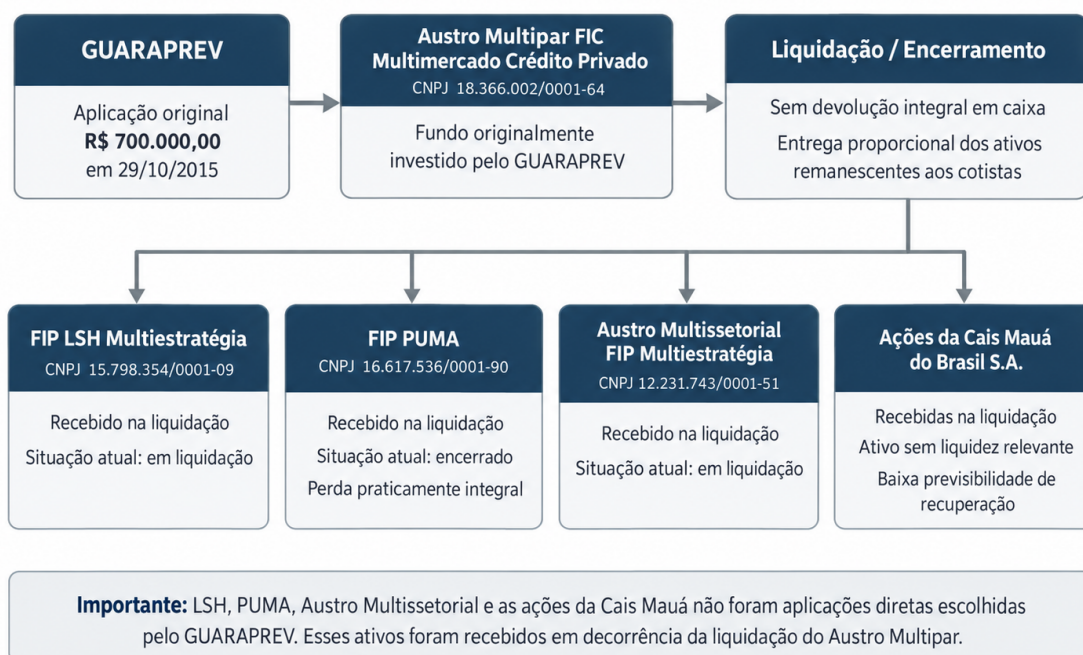
As demonstrações financeiras de encerramento receberam abstenção de opinião dos auditores independentes. Entre os fundamentos apresentados, os auditores registraram ausência de documentação suficiente para validar determinados ajustes contábeis e, especialmente, para comprovar adequadamente a propriedade, o valor e a formalização da transferência dos ativos aos cotistas em decorrência do encerramento.

Ativos recebidos em decorrência da liquidação

A partir do encerramento do Austro Multipar, o GUARAPREV passou, portanto, a deter diretamente ativos que anteriormente estavam posicionados dentro do fundo. A leitura da carteira atual deve respeitar essa origem.

Origem dos Ativos Ilíquidos / Estressados

Estrutura de sucessão patrimonial decorrente da liquidação de fundos



FIP PUMA – CNPJ 16.617.536/0001-90. O investimento foi recebido como consequência da liquidação do Austro Multipar. O fundo estava integralmente concentrado em debêntures da Milano Energia Participações e Investimentos S.A., cuja recuperação judicial foi convolada em falência. Em 2024, as debêntures já possuíam provisão de 100% para perdas, e o fundo encerrou o exercício com patrimônio líquido negativo de aproximadamente R\$ 2,77 milhões. O processo de liquidação foi concluído em 23 de julho de 2025, mediante entrega dos ativos e passivos remanescentes aos cotistas. Encerramento do PUMA Para o GUARAPREV, o ativo resultou em perda integral do valor econômico da posição, não havendo expectativa material de recuperação atualmente identificada.

FIP LSH Multiestratégia – CNPJ 15.798.354/0001-09. Também foi recebido pelo GUARAPREV como consequência da liquidação do Austro Multipar, e não mediante aplicação direta realizada pelo Instituto. O FIP encontra-se em liquidação e sua carteira está concentrada na LSH Barra Empreendimentos Imobiliários S.A., companhia vinculada a empreendimento hoteleiro no Rio de Janeiro e submetida a processo de recuperação judicial. As demonstrações financeiras de 2024 receberam abstenção de opinião, em razão, entre outros fatores, da impossibilidade de mensuração adequada do investimento e das incertezas relacionadas à continuidade operacional da companhia investida.

A situação se deteriorou adicionalmente em 2026. Em setembro, a administradora realizou ajuste por equivalência patrimonial que provocou redução de 55,11% na cota do FIP LSH, após a disponibilização das demonstrações da companhia investida, emitidas com opinião adversa. A própria investida comunicou restrição de caixa e insuficiência de liquidez operacional. Dessa forma, a capacidade de recuperação do investimento permanece altamente incerta.

FIP Austro Multissetorial – CNPJ 12.231.743/0001-51. Este ativo também deve ser identificado como posição recebida por sucessão patrimonial de fundos anteriormente mantidos pelo GUARAPREV, e não como nova aplicação deliberadamente realizada pelo Instituto. Trata-se de FIP fechado, cuja carteira apresentava forte concentração em participações societárias e baixíssima liquidez.

Em 2024, após a renúncia da gestora Renda Asset e a inexistência de qualquer interessado em assumir a gestão, a administradora BFL comunicou que daria início à liquidação do FIP Austro Multissetorial.

As demonstrações financeiras de 2024 reforçam a precariedade da posição: o fundo possuía aproximadamente R\$ 23,35 milhões em ações de companhias fechadas, contra patrimônio líquido de cerca de R\$ 15,83 milhões, além de passivos relevantes. Os auditores emitiram abstenção de opinião, pois não tiveram acesso a laudos atualizados, livros de registro de ações e demonstrações financeiras auditadas das companhias investidas, impossibilitando a validação do valor e até mesmo de determinados aspectos da propriedade dos ativos. O relatório também apontou deficiência de caixa para pagamento das obrigações do fundo.

Assim, embora ainda exista valor contábil atribuído ao fundo, não há correspondência necessária entre esse valor e o montante que poderá ser efetivamente recuperado pelo GUARAPREV, sobretudo diante da inexistência de liquidez para as ações das companhias fechadas que compõem a carteira.

Ações da Cais Mauá do Brasil S.A. A origem dessas ações também decorre de sucessivas liquidações. O FIP Cais Mauá do Brasil Infraestrutura foi liquidado e, como não dispunha de recursos financeiros suficientes para pagamento dos cotistas, suas ações da Cais Mauá do Brasil S.A. foram entregues diretamente aos investidores. O Austro Multipar, por sua vez, havia recebido essa participação por intermédio de outro fundo investido e, posteriormente, com sua própria liquidação, as ações passaram a ser entregues diretamente aos cotistas finais.

O comunicado de encerramento do Austro Multipar registra expressamente que, concluídos os procedimentos de liquidação, remanescera em seu patrimônio ações da Cais Mauá do Brasil S.A., que deveriam ser entregues proporcionalmente aos cotistas.

Essas ações possuem liquidez praticamente inexistente, por se tratar de participação em companhia fechada e vinculada a empreendimento cuja concessão original do Cais Mauá foi rescindida. A companhia consta atualmente com situação cadastral inapta por omissão de declarações, conforme bases que reproduzem os dados da Receita Federal.

Também é importante tratar com precisão os fatos relacionados às investigações. Em 2018, a Polícia Federal deflagrou a Operação Gatekeepers, que investigava suspeitas de fraudes envolvendo ex-gestores de fundos relacionados ao empreendimento Cais Mauá. Jornal do Comércio Em dezembro de 2025, entretanto, o Colegiado da CVM absolveu os dez acusados no processo administrativo envolvendo suposta fraude na administração e destinação de recursos do FIP Cais Mauá.

Leitura da diligência

O caso do Austro Multipar e de seus ativos sucessores exige tratamento diferenciado no acompanhamento da carteira do GUARAPREV. A única aplicação originalmente deliberada pelo Instituto foi realizada no Austro Multipar FIC Multimercado Crédito Privado. A presença posterior de cotas do FIP LSH, FIP PUMA, FIP Austro Multissetorial e das ações da Cais Mauá do Brasil S.A. decorreu, total ou parcialmente, de processos de liquidação e entrega física dos ativos existentes nos fundos investidos, e não de novas decisões de investimento tomadas pelo GUARAPREV.

Essa distinção é relevante para a governança do RPPS, pois impede que a atual composição da carteira seja interpretada como resultado de decisões recentes de alocação do Instituto. Trata-se, na realidade, de ativos residuais herdados de estruturas de investimento antigas, cuja liquidez desapareceu e cuja alienação ordinária deixou de ser possível.

Atualmente, esses investimentos apresentam elevado grau de incerteza quanto à recuperação de capital. O PUMA foi encerrado após deterioração integral de sua principal exposição; o LSH permanece em liquidação e sujeito à situação econômico-financeira crítica da companhia investida; o Austro Multissetorial encontra-se em processo de liquidação, com ativos societários de difícil mensuração e baixa liquidez; e as ações da Cais Mauá não possuem mercado líquido que permita ao GUARAPREV convertê-las ordinariamente em recursos financeiros.

Consequentemente, não é tecnicamente possível exigir do GUARAPREV uma simples ordem de venda ou resgate desses ativos. A atuação do Instituto deve concentrar-se no acompanhamento das liquidações, assembleias, fatos relevantes, demonstrações financeiras, auditorias, medidas judiciais e eventuais oportunidades de recuperação ou alienação dos ativos, mantendo documentalmente registradas todas as diligências adotadas.

3.13 AUSTRO IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (CNPJ: 19.391.026/0001-36)

O Austro IMA-B Ativo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento – Renda Fixa, anteriormente denominado BRS IMA-B, foi estruturado como fundo de renda fixa destinado a investidores qualificados, inclusive Regimes Próprios de Previdência Social. Seu objetivo original consistia em proporcionar rentabilidade superior à variação do IMA-B, mediante exposição a ativos relacionados às taxas de juros domésticas e índices de preços, predominantemente por meio da aquisição de cotas de outros fundos de investimento.

A documentação histórica do GUARAPREV registra investimento total de R\$ 3.400.000,00 no ano de 2015, quando o fundo se encontrava enquadrado nas regras então aplicáveis aos investimentos dos RPPS. A carteira original possuía participação relevante em fundos de renda fixa e crédito privado, além de exposição indireta a veículos posteriormente afetados por problemas de crédito, baixa liquidez e deterioração patrimonial.

Entre as posições históricas encontravam-se o Austro IPCA Institucional Renda Fixa Crédito Privado, Brasil Plural IMA-B, Austro Multipar FIC Multimercado Crédito Privado, além de ativos de crédito associados a empresas que posteriormente apresentaram dificuldades financeiras. Com o passar dos anos, a

composição sofreu alterações e o fundo passou a carregar ativos de menor liquidez e maior complexidade, inclusive posições relacionadas a veículos que também se tornaram estressados.

A deterioração da carteira levou os cotistas, em outubro de 2020, a substituir a antiga gestão pela Renda Asset Administradora de Recursos Ltda.. Posteriormente, em 29 de setembro de 2021, foi formalmente aprovado em Assembleia Geral de Cotistas um Plano de Liquidação, inicialmente com prazo previsto de 24 meses, encerrando-se em setembro de 2023. As demonstrações financeiras registram que, após o término desse prazo, não foi definida nova data para conclusão da liquidação.

A partir de 2022, o fundo iniciou devoluções parciais de recursos aos cotistas. Conforme histórico do GUARAPREV, foram recebidas amortizações que totalizaram R\$ 186.126,34, representando recuperação parcial do capital investido.

A situação patrimonial, entretanto, permaneceu deteriorada. Em 31 de dezembro de 2024, o fundo apresentava patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 16,98 milhões, frente a R\$ 17,97 milhões ao final de 2023, tendo registrado resultado negativo de aproximadamente R\$ 981 mil no exercício. A rentabilidade de 2024 foi de -5,46%, comparativamente a -2,44% do IMA-B; em 2023, o fundo havia apresentado perda de -38,36%, enquanto o IMA-B avançou 19,28%, evidenciando significativo descolamento de seu objetivo original.

A principal fragilidade encontra-se na composição dos investimentos subjacentes. Em dezembro de 2024, aproximadamente 72,95% do patrimônio estava aplicado no Austro Profit Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado, além de posições no Renda IMA Geral, OAK-IPCA, FIP LSH e FIP PUMA.

O Austro Profit, por sua vez, apresentava elevada exposição a ativos problemáticos. Segundo o relatório de auditoria, aproximadamente 56,63% do seu patrimônio estava representado por Cédula de Crédito Bancário – CCB, enquanto cerca de 41,19% estavam aplicados em Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI. Os auditores informaram não ter obtido evidências suficientes para avaliar adequadamente a atualização, recuperabilidade e necessidade de provisões desses ativos.

Também foram identificadas fragilidades em outros fundos investidos. O OAK-IPCA possuía exposições a fundos imobiliários e crédito com problemas de avaliação e liquidez, enquanto o FIP LSH Multiestratégia já apresentava demonstrações financeiras com abstenção de opinião e relevantes incertezas quanto à mensuração dos ativos.

Como consequência dessas incertezas, as demonstrações financeiras do próprio Austro IMA-B referentes a 31 de dezembro de 2024 receberam abstenção de opinião dos auditores independentes. A impossibilidade de validar adequadamente os valores dos fundos investidos impede afirmar que o patrimônio líquido contábil represente necessariamente o valor que poderá ser efetivamente recuperado na realização dos ativos.

Em termos de liquidez, existe uma particularidade importante. O regulamento vigente em julho de 2025 prevê formalmente conversão do resgate em D+1 e pagamento em D+4, sem carência. Entretanto, a simples existência desse prazo regulamentar não significa que todos os ativos subjacentes possam ser imediatamente realizados. O próprio regulamento reconhece expressamente o risco de iliquidez dos ativos e dos fundos investidos, que pode impedir ou dificultar o pagamento dos resgates nos prazos ordinários.

Essa distinção é importante para o Relatório de Diligências: liquidez regulamentar não se confunde com liquidez econômica efetiva. O fundo encontra-se submetido a Plano de Liquidação e parte relevante de seu patrimônio depende da recuperação ou realização de posições de crédito privado e fundos estressados. Por essa razão, no acompanhamento atuarial e de liquidez da carteira do GUARAPREV, a posição vem sendo tratada de forma prudencial como ativo sem liquidez imediata.

A deterioração permaneceu expressiva ao longo de 2026. Na posição de 31 de agosto de 2026, o GUARAPREV mantinha R\$ 300.014,17 no Austro IMA-B, correspondentes a aproximadamente 0,24% da carteira do Instituto. O fundo possuía 25 cotistas e aproximadamente 53,30% de seu patrimônio estava concentrado em recursos de RPPS.

Somente em 2026, até agosto, o fundo acumulava retorno de aproximadamente -44,83%, frente a valorização de 6,75% do IMA-B no mesmo período. Nos últimos 12 meses, a perda alcançava aproximadamente -46,05%, evidenciando que o valor patrimonial continuava sendo fortemente afetado pela reavaliação dos ativos subjacentes.

Não foram realizadas novas aplicações pelo GUARAPREV no período recente. A posição passou de R\$ 543,83 mil no encerramento de 2025 para aproximadamente R\$ 300 mil em agosto de 2026, movimento decorrente principalmente da desvalorização das cotas, e não de retirada de recursos pelo Instituto.

Leitura da diligência

O Austro IMA-B Ativo FIC Renda Fixa deve ser tratado atualmente como ativo estressado e submetido a processo formal de liquidação, embora o fundo ainda permaneça em funcionamento e seu regulamento contemple mecanismo ordinário de resgate.

A origem de sua deterioração está principalmente na composição dos fundos e ativos subjacentes, que passaram a apresentar inadimplência, dificuldades de precificação, baixa liquidez, recuperações judiciais, falências e sucessivas provisões para perdas. O fato de as demonstrações financeiras de 2024 terem recebido abstenção de opinião reforça que o valor patrimonial divulgado deve ser interpretado com cautela, especialmente porque parte significativa da carteira depende da efetiva recuperação de créditos privados.

Diferentemente de fundos já totalmente fechados para resgate, o Austro IMA-B possui atualmente previsão regulamentar de D+4. Contudo, a liquidação efetiva da posição depende da disponibilidade financeira do fundo e da realização dos ativos que o compõem. Dessa forma, o prazo formal não elimina o risco de liquidez decorrente dos investimentos subjacentes.

Para o GUARAPREV, a atuação adequada consiste em não realizar novos aportes, acompanhar o cumprimento do Plano de Liquidação, monitorar os fundos investidos e os respectivos processos de recuperação, participar das assembleias e buscar a redução ou saída da posição sempre que houver liquidez efetivamente disponível, preservando o princípio de que a realização do investimento deve ocorrer sem impor perdas adicionais decorrentes de venda forçada ou tratamento inadequado dos ativos.

A posição residual de aproximadamente R\$ 300 mil em agosto de 2026, frente ao investimento histórico registrado de R\$ 3,4 milhões e às amortizações já recebidas, demonstra que parcela substancial do capital

econômico originalmente investido ainda não foi recuperada, permanecendo baixa a previsibilidade quanto ao montante final que poderá ser realizado ao término do processo.

4 CONCLUSÃO

A análise da carteira de investimentos do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Guaratuba – GUARAPREV, com data-base de 30 de junho de 2026, evidencia que a parcela substancial dos recursos previdenciários permanece alocada em investimentos de perfil predominantemente conservador, com elevada participação em renda fixa, títulos públicos federais, operações compromissadas, fundos referenciados ao CDI e demais instrumentos de elevada liquidez. Na posição analisada, 97,65% da carteira encontrava-se alocada em renda fixa, enquanto aproximadamente 2,35% estava distribuída entre renda variável e investimentos estruturados, demonstrando concentração da estratégia em ativos de menor volatilidade e maior previsibilidade financeira.

A composição consolidada reforça essa característica. A maior parcela da carteira encontra-se vinculada ao CDI e a instrumentos de renda fixa de elevada liquidez, enquanto exposições a crédito privado, FIDC, FIP, renda variável e demais estratégias de maior risco representam fração significativamente menor do patrimônio. O relatório evidencia, ainda, relevante concentração dos principais ativos em títulos públicos federais e operações compromissadas, compatível com o caráter previdenciário dos recursos e com a necessidade de preservação de capital e disponibilidade financeira.

Sob o aspecto do desempenho, o primeiro semestre de 2026 apresentou resultado positivo. A carteira acumulou rentabilidade de 6,53% até junho, frente à meta atuarial acumulada de 6,17%, mantendo-se, portanto, acima do objetivo estabelecido para o período. Quando considerada a janela compreendida entre julho de 2023 e junho de 2026, a rentabilidade acumulada alcançou aproximadamente 37,06%, contra meta atuarial acumulada de 32,52%, ainda que tenham ocorrido períodos intermediários de desempenho inferior à meta, especialmente em 2024.

Também sob a ótica atuarial, o estudo de casamento entre ativos e passivos apresentado no relatório indica fluxo previdenciário positivo para os próximos anos, circunstância que reduz a necessidade de desmobilizações precipitadas e permite que a gestão da carteira considere horizontes diferenciados de liquidez e duração, sempre observadas as projeções atuariais e as necessidades futuras de pagamento dos benefícios.

Essa visão geral, contudo, deve ser claramente separada da situação específica de determinados investimentos ilíquidos, estressados ou submetidos a processos de liquidação, que permanecem registrados na carteira do GUARAPREV em decorrência de aplicações realizadas em exercícios anteriores ou, em determinados casos, da sucessão patrimonial decorrente da liquidação de outros veículos de investimento.

Na posição de junho de 2026, aproximadamente R\$ 3,49 milhões, correspondentes a 2,86% da carteira, encontravam-se classificados como ilíquidos. Portanto, embora essas posições demandem acompanhamento reforçado e apresentem riscos relevantes de recuperação, representam parcela relativamente limitada do patrimônio previdenciário total e devem ser analisadas separadamente da gestão corrente da carteira.

Essa diferenciação é fundamental para a adequada compreensão do Conselho Deliberativo. A permanência desses investimentos na carteira não significa que o GUARAPREV esteja deliberadamente optando por manter recursos em ativos deteriorados ou deixando de realizar providências que estariam ao seu alcance. Em diversos desses veículos não existe, atualmente, mecanismo ordinário que permita ao Instituto determinar unilateralmente o resgate, a venda ou a devolução dos recursos.

Em fundos fechados, fundos com resgates suspensos, fundos submetidos a planos de liquidação ou veículos cuja carteira é composta por créditos inadimplidos, participações societárias, garantias de difícil execução ou outros ativos sem mercado líquido, a recuperação financeira depende da realização dos próprios ativos existentes dentro do fundo. Isso pode envolver cobrança judicial ou extrajudicial de créditos, execução de garantias, recuperação judicial ou falência de devedores, alienação de participações societárias, celebração de acordos, venda de ativos e posterior distribuição dos recursos aos cotistas por meio de amortizações.

Nessas situações, o GUARAPREV atua na condição de cotista e não de administrador ou gestor do patrimônio interno do fundo. Assim, não cabe ao Instituto vender diretamente um crédito pertencente ao fundo, executar uma garantia em nome do veículo, alterar unilateralmente provisões, obrigar a alienação de determinado ativo ou determinar uma amortização fora das regras previstas em regulamento, plano de liquidação ou deliberação da assembleia de cotistas.

Cabe ao GUARAPREV, entretanto, exercer integralmente os direitos e deveres inerentes à condição de investidor institucional, acompanhando os administradores, gestores, custodiante e demais prestadores de serviços; participando das Assembleias Gerais de Cotistas; avaliando propostas submetidas à deliberação; acompanhando fatos relevantes, demonstrações financeiras e relatórios de auditoria; solicitando esclarecimentos quando necessários; acompanhando provisões, reprecificações, amortizações, processos judiciais e extrajudiciais; e mantendo formalmente registrados os procedimentos de diligência adotados.

O presente relatório demonstra justamente que esse acompanhamento vem sendo realizado de forma contínua, inclusive mediante reconstrução histórica dos acontecimentos relacionados a cada investimento, análise das alterações de administração e gestão, exame das demonstrações financeiras, auditorias, planos de liquidação, fatos relevantes, assembleias, provisões para perdas e medidas destinadas à recuperação dos ativos.

Entre os investimentos que demandam acompanhamento especial encontra-se o LME REC IMA-B Fundo de Investimento em Renda Fixa. Trata-se de posição cuja origem remonta a 2012 e que sofreu, ao longo dos anos, sucessivas dificuldades envolvendo baixa liquidez, reprecificações e alterações dos prestadores de serviços. Atualmente, embora formalmente estruturado como fundo aberto, possui prazo de resgate de aproximadamente D+1009, circunstância que inviabiliza qualquer expectativa de saída imediata. Desde a aplicação original, o GUARAPREV não recebeu amortizações ou resgates, de modo que eventual recuperação permanece vinculada à evolução patrimonial do fundo e à realização de seus ativos.

A análise desse investimento demonstra, inclusive, que parte relevante dos ativos que originalmente contribuíram para sua deterioração já foi substituída ou deixou de integrar diretamente a carteira, indicando evolução no processo de reorganização patrimonial. Todavia, até o momento, essa reorganização ainda não se converteu em ingresso financeiro para o GUARAPREV. Dessa forma, a providência tecnicamente adequada continua sendo o acompanhamento da administradora e da gestora,

da composição da carteira, das reprecificações, fatos relevantes, assembleias e demais acontecimentos que possam influenciar a recuperação da posição, sem realização de novos aportes.

Situação semelhante, porém, com particularidades próprias, ocorre com o Security Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Crédito Privado LP. Nesse caso, o fundo encontra-se formalmente em processo de liquidação, cuja conclusão está prevista para 31 de dezembro de 2026, conforme documentação analisada. Diferentemente de outros ativos estressados, entretanto, houve recuperação financeira parcial relevante: até julho de 2025, o GUARAPREV havia recebido aproximadamente R\$ 3,08 milhões em amortizações, frente ao investimento original de R\$ 4 milhões, havendo ainda movimentação relevante em 2026 compatível com nova amortização.

O saldo remanescente do Security não pode ser resgatado livremente pelo Instituto. O regulamento prevê que a devolução dos recursos ocorra mediante amortizações proporcionais resultantes da realização dos ativos remanescentes. A principal incerteza está relacionada aos créditos ainda mantidos pelo fundo, especialmente às CCIs da Tetto Habitação, cuja avaliação foi objeto de ressalva da auditoria. Consequentemente, a atuação do GUARAPREV consiste em acompanhar permanentemente a liquidação, os relatórios de auditoria, as medidas judiciais, eventuais propostas de alienação dos créditos e as amortizações realizadas.

O LME REC IPCA FIDC Multissetorial Sênior 1 apresenta situação ainda mais sensível. O fundo sofreu, ao longo dos anos, deterioração significativa decorrente da materialização do risco de crédito, inadimplência de devedores, dificuldades na execução de garantias e necessidade de constituição de provisões para perdas. Em 24 de abril de 2026, os cotistas aprovaram formalmente sua liquidação, consolidando o tratamento do investimento como ativo em processo de realização e recuperação.

Em junho de 2026, houve reprecificação negativa relevante em decorrência do aumento das provisões dos créditos, seguida posteriormente por nova deterioração relacionada ao provisionamento de honorários sucumbenciais de processo judicial. Paralelamente, permanecem em andamento diversas medidas de recuperação contra devedores e responsáveis por operações antigas. Esses acontecimentos demonstram que a evolução do valor da cota permanece sujeita a alterações relevantes à medida que novas informações sobre a recuperabilidade dos créditos são incorporadas.

Assim, também nesse investimento não existe possibilidade de o GUARAPREV simplesmente emitir uma ordem de resgate e recuperar imediatamente os recursos. A realização dependerá do Plano de Liquidação, das recuperações judiciais e extrajudiciais, da alienação das garantias e dos demais procedimentos conduzidos pela administração e pela gestão. A atuação prudencial do Instituto deve permanecer concentrada no acompanhamento dessas medidas, na participação nas assembleias, no monitoramento das provisões e na documentação de todas as diligências adotadas.

Também merece tratamento específico o conjunto de ativos decorrentes da antiga aplicação no Austro Multipar FIC Multimercado Crédito Privado. Nesse ponto, é especialmente importante que o Conselho compreenda a origem das atuais posições. O investimento deliberadamente realizado pelo GUARAPREV ocorreu no Austro Multipar. Com a posterior liquidação desse fundo, parte dos ativos existentes em sua carteira não pôde ser convertida em dinheiro e foi entregue diretamente aos cotistas. Dessa forma, o GUARAPREV passou a deter posições no FIP LSH Multiestratégia, FIP PUMA, FIP Austro Multissetorial e ações da Cais Mauá do Brasil S.A., entre outros ativos, não porque tenha realizado novas aplicações nesses veículos, mas como consequência direta do processo de liquidação e sucessão patrimonial.

O diagrama apresentado no próprio relatório evidencia essa cadeia patrimonial e constitui elemento importante para a compreensão dos Conselheiros: a aplicação original foi realizada no Austro Multipar e os ativos posteriormente registrados individualmente na carteira surgiram da distribuição dos investimentos remanescentes durante a liquidação daquele veículo.

Atualmente, o PUMA encontra-se encerrado e resultou praticamente em perda integral de valor econômico; o LSH FIP permanece em liquidação, altamente dependente da situação econômico-financeira da companhia investida; o Austro Multissetorial FIP encontra-se em processo de liquidação, com participações societárias de baixíssima liquidez e difícil mensuração; e as ações da Cais Mauá do Brasil S.A. não possuem mercado líquido capaz de proporcionar ao Instituto uma saída ordinária. Portanto, também nesses casos não é tecnicamente possível solucionar a situação mediante simples ordem de venda ou resgate.

O Austro IMA-B Ativo FIC Renda Fixa igualmente exige acompanhamento diferenciado. Embora o regulamento contemple formalmente prazo de resgate, o fundo está submetido a Plano de Liquidação e possui exposição indireta relevante a ativos e fundos estressados. Nesse caso, é fundamental distinguir liquidez regulamentar de liquidez econômica efetiva: a mera existência de prazo formal de resgate não significa que os ativos existentes na carteira possam ser realizados imediatamente sem gerar perdas adicionais ou comprometer o próprio processo de liquidação.

A posição vem sofrendo reprecificações significativas decorrentes da deterioração dos fundos investidos e dos ativos subjacentes. Assim, a estratégia mais adequada permanece sendo o acompanhamento do Plano de Liquidação, das assembleias e das medidas de recuperação, buscando a redução da posição quando houver efetiva disponibilidade financeira, sem provocar venda forçada ou tratamento economicamente prejudicial aos ativos.

Esses casos evidenciam aspecto essencial para a interpretação das perdas registradas: redução do valor patrimonial da cota não é necessariamente equivalente, naquele momento, a uma perda financeira definitivamente realizada. Muitos desses fundos possuem créditos provisionados, ativos avaliados por modelos, participações societárias sem mercado líquido ou valores sujeitos a processos judiciais e extrajudiciais. A constituição de PDD, a reprecificação de ativos ou o reconhecimento de deterioração econômica reduz contabilmente o valor da cota, mas o montante efetivamente recuperado somente será conhecido à medida que os ativos forem realizados.

Isso não significa desconsiderar as perdas registradas. Pelo contrário, os valores patrimoniais devem ser interpretados de maneira prudencial, uma vez que representam a melhor estimativa disponível nas respectivas datas de avaliação. Entretanto, também não se deve antecipar como perda definitiva aquilo que permanece sujeito a recuperação, tampouco presumir que o valor atualmente contabilizado será integralmente realizado. A recuperação final dependerá das circunstâncias específicas de cada fundo, da qualidade e da execução das garantias, dos processos judiciais, da venda dos ativos e das demais medidas previstas nos respectivos planos de liquidação.

A existência dessas posições deve, portanto, ser analisada em duas perspectivas distintas. A primeira é a gestão corrente dos recursos previdenciários, composta majoritariamente por investimentos líquidos, conservadores e de elevada qualidade, responsáveis pela maior parcela da carteira. A segunda corresponde à gestão e acompanhamento das posições legadas, ilíquidas ou estressadas, que exigem

tratamento individualizado, acompanhamento jurídico, financeiro e patrimonial, participação nas deliberações dos cotistas e documentação permanente das providências adotadas.

Essa separação é particularmente importante porque evita que a existência de ativos problemáticos originados em investimentos antigos seja interpretada como característica da atual política de alocação do GUARAPREV. A carteira corrente demonstra orientação significativamente mais conservadora, com elevada participação em ativos atrelados ao CDI, títulos públicos e instrumentos de renda fixa, enquanto os ativos ilíquidos representam parcela reduzida e claramente identificada do patrimônio.

Também se observa que, no primeiro semestre de 2026, não houve direcionamento de novos recursos para essas posições estressadas. A estratégia adotada é de acompanhamento, recuperação e desinvestimento quando juridicamente e economicamente possível, e não de ampliação dessas exposições.

Para os investimentos atuais e futuros, as experiências relacionadas a esses fundos devem continuar sendo incorporadas aos procedimentos de governança do GUARAPREV, especialmente quanto à análise prévia da estrutura dos produtos, qualidade e histórico dos prestadores de serviços, concentração dos ativos, liquidez efetiva, riscos de crédito e mercado, possibilidade de precificação, compatibilidade com o passivo previdenciário e condições de saída do investimento.

Recomenda-se, ainda, que o Comitê de Investimentos e os Conselhos mantenham acompanhamento individualizado dos ativos estressados, contendo, sempre que possível, valor originalmente aplicado, valores já amortizados ou recuperados, saldo atual, situação da liquidez, fase do processo de liquidação, última assembleia realizada, fatos relevantes recentes, situação das demonstrações financeiras e auditorias, principais processos judiciais ou extrajudiciais, providências adotadas pelo administrador e gestor e próximos eventos relevantes. Esse controle permite demonstrar, de maneira objetiva e documental, que a ausência de resgate não se confunde com ausência de gestão.

É importante igualmente registrar que algumas instituições atualmente vinculadas a fundos problemáticos podem não atender aos requisitos considerados para novas aplicações. Conforme demonstrado neste relatório, a manutenção dessas instituições na relação de prestadores decorre de posições antigas, fundos em liquidação ou estruturas herdadas e não representa autorização ou intenção do GUARAPREV de destinar novos recursos a essas instituições ou veículos.

Diante do conjunto das informações analisadas, conclui-se que a carteira corrente do GUARAPREV apresenta perfil predominantemente conservador, elevada liquidez e desempenho compatível com os objetivos previdenciários, tendo inclusive superado a meta atuarial no primeiro semestre de 2026. Paralelamente, permanecem posições históricas ilíquidas e estressadas que apresentam possibilidade de recuperação limitada, incerta ou dependente de processos de longa duração, exigindo acompanhamento permanente e individualizado.

Quanto a essas posições, não se mostra tecnicamente adequada a simples recomendação de “resgate” ou “venda”, porque, na maioria dos casos, tal possibilidade não existe de forma unilateral ou somente poderia ocorrer mediante condições economicamente desfavoráveis. A providência compatível com os princípios de prudência e governança consiste em exercer continuamente os direitos do GUARAPREV como cotista, participar das deliberações, acompanhar administradores e gestores, avaliar demonstrações financeiras e auditorias, fiscalizar planos de liquidação, acompanhar medidas judiciais e

extrajudiciais, controlar amortizações e recuperações e registrar formalmente todas as diligências adotadas.

Portanto, a permanência contábil desses ativos na carteira não deve ser interpretada como omissão ou passividade do GUARAPREV. Em investimentos dessa natureza, muitas vezes a atuação efetivamente disponível ao cotista consiste justamente em acompanhar, fiscalizar, deliberar e buscar a máxima recuperação possível ao longo do processo de liquidação, não havendo mecanismo jurídico ou econômico que permita converter unilateralmente a posição em disponibilidade financeira imediata.

O acompanhamento realizado ao longo dos últimos anos e consolidado no presente Relatório de Diligências demonstra a adoção dessas providências, devendo esse procedimento ser mantido enquanto existirem valores, direitos ou ativos remanescentes passíveis de recuperação.

Por fim, este Relatório possui data-base da carteira em 30/06/2026, mas, para fins de diligência e adequada informação aos órgãos de governança, incorpora fatos e informações supervenientes disponíveis até sua elaboração, especialmente aqueles relacionados à evolução dos fundos estressados, processos de liquidação, reprecificações e demais eventos capazes de alterar as perspectivas de recuperação dos investimentos.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente

Rio Negrinho, 22 de setembro de 2026.



MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA
CNPJ: 15.621.336/0001-49

DISCLAIMER

Este documento (caracterizado como relatório, parecer ou análise) foi preparado para uso exclusivo do destinatário, não podendo ser reproduzido ou distribuído por este a qualquer pessoa sem expressa autorização da empresa. As informações aqui contidas são somente com o objetivo de prover informações e não representa, em nenhuma hipótese, uma oferta de compra e venda ou solicitação de compra e venda de qualquer valor mobiliário ou instrumento financeiro. Esta é apenas uma OPINIÃO que reflete o momento da análise e são consubstanciadas em informações coletadas em fontes públicas e que julgamos confiáveis. A utilização destas informações em suas tomadas de decisão e consequentes perdas e ganhos não nos torna responsáveis diretos. As informações aqui contidas não representam garantia de exatidão das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade delas, e não devem ser consideradas como tais. As informações deste documento estão em consonância com as informações sobre os produtos mencionados, entretanto não substituem seus materiais oficiais, como regulamentos e prospectos de divulgação. É recomendada a leitura cuidadosa destes materiais, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo, ao risco e à política de investimento dos produtos. Todas as informações podem ser obtidas com o responsável pela distribuição ou no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Sua elaboração buscou atender os objetivos de investimentos do cliente, considerando a sua situação financeira e seu perfil. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e os produtos estruturados e/ou de longo prazo possuem, além da volatilidade, riscos associados à sua carteira de crédito e estruturação. Os riscos inerentes aos diversos tipos de operações com valores mobiliários de bolsa, balcão, nos mercados de liquidação futura e de derivativos, podem resultar em perdas aos investimentos realizados, bem como o inverso proporcionalmente. Todos e qualquer valor exibido está representado em Real (BRL) e para os cálculos, foram utilizadas observações diárias, sendo sua fonte o Sistema Quantum Axis e a CVM. A contratação de empresa de consultoria de valores mobiliários para a emissão deste documento não assegura ou sugere a existência de garantia de resultados futuros ou a isenção de risco. Os RPPS devem estar adequados às normativas pertinentes e principalmente a Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações, além da Resolução CMN nº 5.272/2025 e suas alterações, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.